

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

JOÃO VITOR FERNANDES PINTO

**A RENDA DIFERENCIAL DO SETOR PETROLEIRO E SEU POTENCIAL COMO  
MECANISMO DE ACUMULAÇÃO NA AMÉRICA LATINA:**

Uma análise dos casos de Argentina, Bolívia, Brasil e Venezuela no século XXI

UBERLÂNDIA

2025

JOÃO VITOR FERNANDES PINTO

A RENDA DIFERENCIAL DO SETOR PETROLEIRO E SEU POTENCIAL COMO  
MECANISMO DE ACUMULAÇÃO NA AMÉRICA LATINA:

Uma análise dos casos de Argentina, Bolívia, Brasil e Venezuela no século XXI

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
ao Instituto de Economia e Relações  
Internacionais da Universidade Federal de  
Uberlândia como requisito parcial para a  
obtenção do título de Bacharel em Relações  
Internacionais.

Orientadora: Profª. Dra. Raquel de Azevedo

UBERLÂNDIA

2025

JOÃO VITOR FERNANDES PINTO

A RENDA DIFERENCIAL DO SETOR PETROLEIRO E SEU POTENCIAL COMO  
MECANISMO DE ACUMULAÇÃO NA AMÉRICA LATINA:

Uma análise dos casos de Argentina, Bolívia, Brasil e Venezuela no século XXI

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao  
Instituto de Economia e Relações Internacionais  
da Universidade Federal de Uberlândia como  
requisito parcial para a obtenção do título de  
Bacharel em Relações Internacionais

Uberlândia, 10 de setembro de 2025.

BANCA EXAMINADORA

---

Profa. Dra. Raquel de Azevedo (IERI-UFU)

---

Prof. Dr. Leonardo Segura Moraes (IERI-UFU)

---

Prof. Dr. Cássio Garcia Ribeiro Soares da Silva (IERI-UFU)

UBERLÂNDIA

2025

## AGRADECIMENTOS

Eu nunca soube lidar com finais ou despedidas, por isso gosto de cultivar sempre as pequenas transformações de cada pessoa que cruza nossa vida, fazendo esse complexo mosaico. Mas, no meio dessas infinitas pecinhas, tem algumas que dão o motivo da estampa. Não poderia começar por outra: mãe, sua dedicação é fantástica, ainda não consegui me dividir em tantas versões para dar conta de tudo como você faz, quem sabe um dia. Pai, nem sempre ser a pessoa mais crítica do planeta é bom, dito isso, quem seria sem esse senso crítico desde sempre. Andrea, minha querida madrinha, quem despertou meu desejo pela ciência e pela pesquisa, antes de saber o que isso significa, sendo o que fazia, já era o suficiente para que me inspirasse. Meus avós, Walter, Lianete e Maria Helena, não é suficiente dizer da generosidade, demonstram a cada dia que é possível a mais profunda empatia e compaixão, praticar o perdão e a solidariedade. Não foram só em mim que deixaram marca, esses ensinamentos se proliferaram para toda família, Ângelo, Fernanda, Juliana, Luciana, Lorena e aos que nela se aninham, Ayres, Cristiane, Luiz. Exemplos de doação e carinho, desmedido e incondicional, como deve ser.

Mas, não posso deixar de destacar aqueles que são ou foram influência contínua, na sala de aula, nas mesinhas pelo campus, no R.U, na mesa do bar, na ligação de vídeo, independente da cidade, estado ou país. Eu acredito exageradamente que a amizade é a relação mais transformadora que existe, e também a mais bela. Seja para celebrar as mais ínfimas conquistas ou acolher nos piores reveses, tenho a certeza da companhia, de que os sentimentos estão sendo compartilhados, multiplicados os bons, divididos os ruins. Por isso, vocês que fizeram parte quando eu ainda era um mosaico ainda familiar, Maria, Gustavo, Ana Luísa, João Pedro, Paulo, Thiago, Matheus, Rafaela, Matheus Diniz, Júlia, muito obrigado. É a vocês que devo a imagem desse mosaico, e a quem devo os momentos de mais pura alegria.

Nesse movimento constante da vida, não tardaram a chegar outras marcantes presenças. Maria Eduarda, Jéssica, Júlia, Leonardo, Luiz Othavio, Bruno, vocês tornaram a faculdade um ambiente mais leve, ao mesmo tempo mais inusitados, desafiadores e divertidos, ninguém mais poderia propiciar essa montanha russa de emoções. Mas nada seria tão marcante quanto a uma peça efusiva chamada Ísis, coube aqui todo argumento e toda crítica, todo sim e todo não dos últimos três anos, um cérebro e um coração a mais, para um sentimento transbordante.

Da mesma forma, cabe um lugar especial à Professora Raquel de Azevedo, que atravessou a minha trajetória na graduação de maneira irreparável. Desde as aulas de FEB sua

didática, rigor e capacidade de transmitir ideias me serviam de inspiração. Ao começar o processo de orientação então, a dedicação, paciência e abertura com que sempre conduziu fizeram de todo o processo de pesquisa, ainda que trabalhoso, fosse agradável. Além da orientação individual, seu engajamento junto do Professor Leonardo Segura Moraes possibilitou que o GEAL saísse do papel e mobilizasse mais tantos estudantes. Sua energia é o exemplo mais definido do que almejo para minha jornada.

Por fim, agradeço a Universidade Federal de Uberlândia pela oportunidade de um espaço amplo de aprendizado e participação, com todas as complicações, ainda uma mostra do potencial do ensino público. Também agradeço aos professores Leonardo Segura Moraes e Cássio Garcia Ribeiro por aceitarem fazer parte da banca examinadora e auxiliarem no processo de crítica e aprimoramento acadêmico

*Aos intelectuais cabe-lhes aprofundar a percepção da realidade social para evitar que se alastrem as manchas de irracionalidade que alimentam o aventureirismo político; cabe-lhes projetar luz sobre os desvãos da história onde se ocultam os crimes cometidos pelos que abusam do poder; cabe-lhes auscultar e traduzir as ansiedades e aspirações das forças sociais ainda sem meios próprios de expressão*

**Celso Furtado**

(...)

*El político puede pagarle al intelectual. Pero no puede confiar en él. El intelectual acabará por disentir y para el político esta será siempre una traición. Malicioso o ingenuo, maquiavélico o utópico, el poderoso siempre creará que tiene la razón y el que se opone a él es un traidor o, por lo menos, alguien dispensable.*

**Carlos Fuentes, La silla del Águila**

## RESUMO

A presente monografia analisa o papel da renda diferencial do setor petrolífero como potencial mecanismo de acumulação na América Latina, a partir dos casos de Argentina, Bolívia, Brasil e Venezuela no século XXI. Partindo das contribuições estruturalistas para compreender as economias latinoamericanas, da economia política clássica e sua crítica para situar a renda fundiária, e de estudos contemporâneos, investiga-se como a renda petrolífera é apropriada e utilizada dentro de economias nacionais. O trabalho utiliza de estimativas da magnitude da renda diferencial e discute suas formas de apropriação entre diferentes atores, bem como suas implicações para a acumulação interna de capital. Argumenta-se que a renda petrolífera, enquanto fonte de recursos apropriados do mercado internacional sem contrapartida, apresenta potencial de desenvolvimento e ampliação da produtividade dos capitais que ali operam, mas que está condicionado por fatores estruturais e institucionais, de modo que a orientação do gasto público e planejamento econômico estatal são fundamentais para esses objetivos. Conclui-se que, nos países analisados, a renda não seguiu uma orientação única e seus destinatários foram diversos em cada país. Na Bolívia e Venezuela tendeu a ser destinada ao consumo dos trabalhadores através de importações, no Brasil o movimento é ambíguo inicialmente, mas com o setor privado ampliando seus interesses nesse sentido, por fim na Argentina o subsídio aos combustíveis foi a principal forma de apropriação. A pesquisa evidencia, portanto, o caráter ambivalente da renda petrolífera, capaz de tanto sustentar projetos nacionais de desenvolvimento quanto de perpetuar a dependência estrutural da região.

**Palavras-chave:** Renda petrolífera; América Latina; acumulação de capital; desenvolvimento econômico.

## ABSTRACT

This monograph analyzes the role of differential rent from the oil sector as a potential accumulation mechanism in Latin America, based on the cases of Argentina, Bolivia, Brazil, and Venezuela in the 21st century. Drawing from structuralist contributions to understand Latin American economies, from classical political economy and its critique to situate land rent, and from contemporary studies, it investigates how oil rent is appropriated and used within national economies. The work uses estimates of the magnitude of the differential rent and discusses its forms of appropriation among different actors, as well as its implications for internal capital accumulation. It is argued that oil rent, as a source of resources appropriated from the international market without a counterpart, presents potential for development and for increasing the productivity of the capital operating therein, but this is conditioned by structural and institutional factors, such that the orientation of public spending and state economic planning are fundamental to these objectives. It is concluded that, in the analyzed countries, the rent did not follow an unique orientation and its recipients were diffuse in each country. In Bolivia and Venezuela, it tended to be directed towards workers' consumption through imports; in Brazil, the movement was initially ambiguous, but with the private sector expanding its interests in this direction; finally, in Argentina, fuel subsidies were the main form of appropriation. The research, therefore, highlights the ambivalent character of oil rent, capable of both sustaining national development projects and perpetuating the region's structural dependency.

**Key-Words:** Oil rent; Latin America; capital accumulation; economic development.



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Distribuição da produção para Ricardo.....	20
Tabela 2 - Distribuição do produto para Marx.....	23
Tabela 3 - Câmbio de Paridade TCP (moeda local/US\$).....	63
Tabela 4 - Valores apropriados por tipo de mecanismo no Brasil (em milhões de dólares a câmbio de paridade TCP).....	64
Tabela 5 - Valores apropriados por tipo de mecanismo na Argentina (em milhões de dólares a câmbio de paridade TCP).....	65
Tabela 6 - Valores apropriados por tipo de mecanismo na Venezuela (em milhões de dólares a câmbio de paridade TCP).....	67
Tabela 7 - Valores apropriados por tipo de mecanismo na Bolívia (em milhões de dólares a câmbio de paridade TCP).....	68

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Renda apropriada pelo diferencial de preços de produção e exportação por país, 2000-2018.....	32
Gráfico 2- Renda apropriada pela soma dos mecanismos utilizados por país, 2000-2018.....	33
Gráfico 3- Renda apropriada pela soma dos mecanismos em relação ao PIB e a mais-valia total da economia, Brasil 2002-2015.....	36
Gráfico 4 - Apropriação por tipo de mecanismos, Brasil 2000-2015.....	36
Gráfico 5- Renda apropriada pela soma dos mecanismos em relação ao PIB e a mais-valia total da economia, Argentina 2000-2018.....	41
Gráfico 6 - Apropriação por tipo de mecanismos, Argentina 2000-2018.....	42
Gráfico 7- Renda apropriada pela soma dos mecanismos em relação ao PIB e a mais-valia total da economia, Bolívia 2007-2017.....	45
Gráfico 8 - Apropriação por tipo de mecanismos, Bolívia 2007-2016.....	46
Gráfico 9- Renda apropriada pela soma dos mecanismos em relação ao PIB e a mais-valia total da economia, Venezuela 200-2014.....	49
Gráfico 10- Apropriação por tipo de mecanismo, Venezuela 2000-2014.....	50

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ANP	Agência Nacional do Petróleo
BCV	Banco Central de Venezuela
BEA	U.S Bureau of Economic Analysis
BOE	Barril de Óleo Equivalente
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e Caribe
EBE	Excedente Bruto de Exploração
EIA	US Energy Information Administration
FMI	Fundo Monetário Internacional
FONDEN	Fondo para el Desarrollo Nacional
IAPI	Instituto Argentino para Promoção do Intercâmbio
INE	Instituto Nacional de Estatística
MECON	Ministério de Economía Argentina
MIP	Método de Inventário Permanente
OPEP	Organização dos Países Produtores de Petróleo
PAE	Pan American Energy
PDVSA	Petroleos de Venezuela S.A
PETROBRAS	Petróleo Brasileiro S.A
PODE	Petróleo y Otros Datos Estadísticos
PPI	Preço de Paridade de Importação
RQI	Reservoir Quality Index
TCP	Câmbio de paridade
UNCTAD	Conferência das Nações Unidas para Comércio e Desenvolvimento
VBP	Valor Bruto de Produção
YPF	Yacimientos Petrolíferos Fiscales
YPFB	Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos

## SUMÁRIO

<b>Introdução.....</b>	<b>13</b>
<b>1. Desenvolvimento e Subdesenvolvimento na América Latina.....</b>	<b>15</b>
<b>2. Renda da terra e renda petroleira.....</b>	<b>29</b>
2.1. Bases Teóricas da Renda Fundiária.....	29
2.2. A Renda na era do Petróleo: Mercado Internacional, Estado e Rentismo.....	36
<b>3. Estimação e rentismo século XXI.....</b>	<b>40</b>
3.1. Brasil.....	47
3.2 Argentina.....	52
3.3 Bolívia.....	56
3.4 Venezuela.....	60
<b>Conclusão.....</b>	<b>72</b>
<b>Referências Bibliográficas.....</b>	<b>75</b>
<b>Anexo A -.....</b>	<b>79</b>

## Introdução

A inserção da América Latina no sistema mundial consolidou-se historicamente por meio de uma especialização produtiva voltada à exportação de bens primários. Essa forma de relação subordinada internacionalmente não apenas definiu os contornos externos das economias da região, como também moldou internamente suas estruturas produtivas, tecnológicas e institucionais num processo cumulativo de dependência, concentração de renda e limitação à acumulação interna de capital. Dentro desse quadro histórico, a apropriação e o uso estratégico da renda gerada por setores extrativos, como o petróleo e o gás, tornam-se elementos centrais para qualquer projeto que pretenda romper com os impasses do subdesenvolvimento.

A renda diferencial petroleira, entendida como o excedente gerado pela exploração de jazidas com produtividade superior ao que regula o preço internacional de mercado, constitui uma das formas mais expressivas de riqueza potencialmente apropriável pelos Estados latino-americanos. Essa renda, no entanto, não é neutra nem automática em sua contribuição ao desenvolvimento. A eficácia como mecanismo de transformação estrutural depende de múltiplos fatores, incluindo a capacidade estatal de apropriação, a orientação do gasto público, a estrutura da indústria nacional e o contexto internacional em que se insere cada economia. A depender dessas variáveis, a renda pode servir tanto como alavanca de industrialização quanto como combustível de comportamentos rentistas e modelos extrativistas dependentes.

É justamente essa ambivalência que torna a análise da renda petroleira tão relevante para os países da região. Argentina, Bolívia, Brasil e Venezuela compartilham, com diferentes arranjos institucionais e políticas públicas, a centralidade do setor de hidrocarbonetos em suas economias. Ao mesmo tempo, enfrentam o desafio comum de conciliar a extração de recursos fósseis com a necessidade de diversificar suas bases produtivas, ampliar sua soberania econômica e responder às pressões crescentes por uma transição energética global.

O recorte temporal da presente pesquisa compreende um período de inflexões econômicas e políticas marcantes: o *boom* das commodities, os desdobramentos da crise financeira de 2008, a ascensão e declínio de projetos progressistas na América Latina, a desaceleração da economia chinesa a partir de 2011 e a inflexão nos preços internacionais em 2014. Ainda não o analisa, mas está dentro do marco do fortalecimento dos compromissos internacionais com a descarbonização das economias. Essas mudanças realçaram a

volatilidade da renda petroleira e intensificaram a disputa em torno de seu uso social, político e econômico.

Diante desse panorama, o presente trabalho se propõe a responder à seguinte pergunta: a renda diferencial apropriada nas economias de Argentina, Bolívia, Brasil e Venezuela foi capaz de promover acumulação interna? É capaz de transformações estruturais? Trata-se, portanto, de investigar não apenas a origem e a apropriação desse excedente, mas também sua aplicação concreta, isto é, foi ele utilizado para financiar processos de industrialização, inovação tecnológica e construção de infraestrutura produtiva ou serviu primordialmente à reprodução de padrões rentistas e à manutenção de economias especializadas e vulneráveis externamente.

A hipótese que norteia a pesquisa sustenta que a renda petroleira, se apropriada pelos atores econômicos dentro de uma orientação de um projeto nacional de desenvolvimento é capaz de promover uma acumulação interna que supere limitações estruturais do subdesenvolvimento. Contudo, sua conversão em vetor de transformação produtiva não é garantida, pois exige capacidade estatal, planejamento de longo prazo, mecanismos de captura e redistribuição da renda, bem como articulação com políticas industriais e tecnológicas voltadas à diversificação econômica. Ao realizar uma análise comparada entre os quatro países selecionados, esta monografia busca lançar luz sobre os fatores que potencializam ou bloqueiam esse processo. O objetivo é contribuir com um diagnóstico crítico que articule soberania, sustentabilidade e desenvolvimento, tendo como fio condutor a disputa em torno da renda diferencial do setor petroleiro

Assim, o primeiro capítulo será dedicado a uma revisão bibliográfica do desenvolvimento econômico latinoamericano, sobretudo no século XX, examinando quais foram as condicionantes da condição de subdesenvolvimento e como os projetos políticos se voltaram a contornar ou assimilar a condição de dependência externa. Na sequência, o segundo capítulo aborda a discussão teórica sobre renda da terra a partir dos principais autores e inserimos a fundamentação do conceito de renda petroleira. O último capítulo traz a discussão sobre maneiras de cálculo da renda petroleira, a partir de dados secundários disponibilizados por Kornblihtt et al (2021) apresenta estimativas de cálculo disponível para os países estudados, e a partir delas explana as formas de apropriação em cada um. Por fim, levanta a discussão sobre a possibilidade de acumulação de capital internamente.

## **1. Desenvolvimento e Subdesenvolvimento na América Latina**

O desenvolvimento econômico é um fenômeno histórico e, portanto, suas características não podem derivar-se de um modelo abstrato (Furtado, 2008a). O funcionamento do sistema capitalista se modifica e ocasiona diferentes fenômenos conforme seu processo de ampliação constante e permanente. Nesse sentido, suas demandas de reprodução, ainda que se mantenham na contínua mercantilização dos elementos primordiais da riqueza - terra e trabalho - variam, gerando diferentes interações entre o centro e sua periferia, ou ainda às zonas não-capitalistas. A exemplo, temos o princípio do desenvolvimento industrial na Inglaterra, quando o setor de produção de bens de capital aumenta sua importância relativa, mas já está esgotada a capacidade de absorção da população vinculada anteriormente a modos pré-capitalistas. Com plena oferta de capital, o fator trabalho ganha destaque, a transferência de população entre setores de produção acarretaria também mudança na distribuição da renda em favor dos trabalhadores, retardando o crescimento econômico, a saída encontrada está nos mercados externos. A etapa imperialista do capitalismo é iniciada com a economia inglesa tentando “evitar uma eutanásia precoce lançando-se numa grande ofensiva internacional.” (Furtado, 2008a, 156) através de massivas exportações de capital acompanhadas de liberalização comercial.

A expansão desse potente núcleo industrial se deu em todas as direções, entrando em contato com regiões já povoadas por modos de vida não-capitalistas. Mesmo que alguns desses espaços houvessem sido ligados ao mercado mundial pela colonização anterior, a relação dos sistemas econômicos que existiam nesses locais agora era pressionado pelas exportações de capital que compeliram o desenvolvimento das forças produtivas tipicamente capitalistas. A inserção de empresas capitalistas se deu em meio às estruturas arcaicas ali presentes sem promover algum tipo de integração entre elas, constituindo estruturas duais com níveis de produtividade díspares.

Desse modo, a condição dessas empresas em modificar as estruturas anteriores se resumia a quantidade de mão de obra que seria incorporada ao setor de alta produtividade através do trabalho assalariado. Entretanto existem dois poréns, a quantidade de mão de obra absorvida era reduzida, sobretudo em atividades mineiras, mais intensas em capital que trabalho. Ademais, o nível de salários não era condizente ao nível de produtividade do trabalho, devido a vasta disponibilidade de mão de obra os salários só precisavam superar o que seria a “renda média” daquele espaço. É dessas condições que configura-se o

subdesenvolvimento, mantendo aquela estrutura arcaica, de subsistência ou baixa produtividade, enquanto há um outro setor de alta produtividade ligado ao mercado mundial pela exportação de bens primários (Furtado, 2008a).

Ademais de um processo histórico autônomo (Furtado, 2008a), para Cardoso e Brignoli (1988) essa condição não é passageira, mas estruturante, na medida que o subdesenvolvimento se reproduz precisamente porque está enraizado na forma como a América Latina se integrou ao sistema mundial. A integração se deu a partir da exportação de produtos primários, com baixa elaboração tecnológica, cuja demanda era condicionada por fatores externos. A coexistência do núcleo capitalista nas estruturas arcaicas pré-existentes atua também sobre elas, em seus hábitos de consumo e modo de vida, entretanto sem a integração à dinâmica propriamente capitalista. Isso pois, como os salários estão comprimidos em relação a produtividade do trabalho, a geração de lucro é ampliada, mas os lucros, enquanto parte necessária para a inversão produtiva que orienta a produção capitalista, se dirigem ao exterior sem responder às novas demandas de consumo geradas naquele território (Furtado, 2008a).

Furtado (2007) aponta como através da progressão da economia monetária proveniente da expansão do setor exportador sob modo de produção propriamente capitalista, com pagamento de salários, acarreta uma demanda por bens de consumo no interior dos países latino-americanos. Ou seja, sob esse regime de trabalho, a garantia de reprodução de sua subsistência só pode se dar por meio da compra desses bens, de modo que há uma demanda crescente por bens manufaturados. Entretanto, como a inserção das empresas se dá por condições de rentabilidade da estrutura exportadora altamente produtiva, o consumo da população assalariada teria de se realizar principalmente pela importação, ainda que o consumo local se amplie progressivamente. Essa situação pressiona o balanço de pagamentos, mas enquanto os preços externos favorecem, podem se manter. Quando ocorre uma compressão na capacidade de importar, as condições favorecem a produção interna de bens de consumo, pois há certa estabilidade quanto ao trabalho assalariado e as demandas (Furtado, 2008a). Para atender, portanto, a essa demanda emergente, dentro estrutura econômica dos países latino-americanos vão se iniciar produções de bens básicos de consumo para os trabalhadores. Como bem explicita o autor, a intensidade e o volume desse processo de 1ª fase de industrialização será completamente dependente do nível de atividade do setor dinâmico, exportador.



Nesse sentido, existem forças antagônicas que vão caracterizar o padrão de funcionamento dessas economias. O setor exportador, que é o dinamizador, tem sua rentabilidade baseada nos preços internacionais de seus produtos, algo pelo qual eles não têm tanto controle, sobretudo nesse primeiro momento, de transição. Por sua vez, o mercado consumidor incipiente responderá à essa expansão com maior demanda por bens de consumo, demandando inclusive além do que o setor incipiente de bens de consumo interno é capaz de fornecer, ou seja, impulso às importações. Está explícita a inversão em: “a elevação de produtividade é acompanhada de uma simplificação na estrutura da oferta de origem interna e de diversificação na composição da demanda global” (Furtado, 2007: 174)

Entretanto, o nascimento desse mercado interno não é uniforme para todas as economias de exportação, dependendo do tipo de atividade. Furtado (2007, cap. 10) distinguiu os principais fatores condicionantes desse processo: propriedade dos investimentos, dimensão absoluta do setor exportador, tipo de infraestrutura requerida, taxa de salário no setor dinâmico e a natureza da atividade exportadora. A diferença básica se dá na distinção entre mineração e agropecuária, com a necessidade de recursos distintos e disponibilidade diferente de mão-de-obra para cada uma destas refletirá no padrão de industrialização dos respectivos países.

A atividade mineradora exige um volume de capital enorme, bem como um aporte infraestrutural mais complexo e especializado, essas características diferem completamente da economia de países com desenvolvimento capitalista tão incipiente, desse modo a atividade dinâmica desses locais terá uma participação do capital estrangeiro direta e expressiva. Quanto à mão-de-obra ainda há de se notar a baixa absorção gerada, por conseguinte com salários reduzidos. Desse modo, se trata de uma atividade concentradora da renda, sem expansão significativa do nível de renda monetária, portanto insuficiente para engendrar um processo de industrialização mais profundo, agravado pelo fato de os lucros serem remetidos ao estrangeiro. (Furtado, 2007, cap. 10)

Por sua vez, a atividade agrícola ou pecuária não exigia um volume tão intenso de capital, os fatores determinantes para a expansão das atividades e que irão efetivamente condicionar a continuidade das inversões nelas são terra e mão de obra. Isso não garante autonomia perante o capital estrangeiro, esse terá uma participação indireta – como nas políticas de valorização do produto durante a República Velha, notadamente no financiamento dos estoques de café brasileiros - ou como garantidor da infraestrutura de transportes

necessária. Apesar das taxas de salários dependerem da disponibilidade de mão-de-obra nas regiões mais do que do tipo de atividade econômica, a absorção pela agricultura de exportação é muito superior que pela mineração. (Furtado, 2007, cap. 10)

Nessas condições, a emergência de núcleos manufatureiros voltados ao consumo interno não suprime a condição estrutural de subdesenvolvimento. Persiste a coexistência entre o setor de subsistência, o setor primário-exportador e agora o incipiente setor industrial. Este último, todavia, altera parcialmente a dinâmica ao ampliar a renda monetária e diversificar a produção em momentos de expansão exportadora. Já em contextos de queda dos preços exportadores, que geram desvalorização cambial e compressão das importações, a competitividade relativa do núcleo industrial aumenta, permitindo um crescimento parcial, embora sempre subordinado ao setor externo (Furtado, 2008a).

Além disso, é importante ressaltar a importância das etapas no processo de transição capitalista, cronologicamente destacado no século XIX. Os sistemas de transporte responsáveis por integrar os setores dinâmicos que se interiorizavam em relação aos portos e às regiões de produção de alimentos, articulados à possibilidade de utilização extensiva da terra, apropriada sem custo adicional são fatores ainda mais essenciais nos casos de exportação de produtos agrícolas. Se faz necessário ser redundante quanto ao papel da instalação de ferrovias para que se efetivasse tal dinâmica, bem como a característica da introdução ferroviária: estrangeira. (Cardoso; Brignoli, 1988)

Em seu desenvolvimento, o processo de industrialização latino-americano ainda compreenderá uma nova fase, da substituição de importações. Historicamente esse processo se dá de maneira desigual, alguns países em que havia uma integração suficiente do mercado interno e da infraestrutura, pela inflexão no setor exportador com a crise de 1929, principal atingido e enfraquecido pela desestruturação econômica do centro importador de gêneros alimentícios e minerais. Esses países são caracterizados por Bambirra (2013) como do tipo A, e engendram um processo industrializador, ainda que limitado a partir da crise, Brasil e Argentina se enquadram nessa categoria. Por sua vez, países como Venezuela e Bolívia são do tipo B, nesses as condições de industrialização só foram se conformar posteriormente, sobretudo pela forma de enclave com que as empresas transnacionais ali operavam. A partir dessa situação se demonstra uma diferença central na maneira de articulação entre setor exportador e industrial, impactando inclusive a capacidade de formação de uma burguesia

nacional nesse segundo grupo, e portanto incapaz de conduzir um processo de acumulação interno, mesmo associado.

Ainda que a capacidade da fase anterior, induzida pelo setor exportador, já não propiciasse o mesmo grau de industrialização – isto é, consistia em uma adição de unidades de produção similares, incapaz de promover diversificação industrial. Agregado aos impactos na rentabilidade, assim como no acesso à capital estrangeiro e às importações rompem a possibilidade de continuidade de desenvolvimento assim consolidado. A resposta do setor industrial verificará um desenvolvimento propulsionado a partir do mercado interno, em que os bens anteriormente importados fossem substituídos pelo núcleo industrial estabelecido através da utilização de capacidade ociosa. (Furtado, 2007, cap 11)

Ainda que o esforço do processo substitutivo de importações envolvesse a interiorização da produção em vista da compressão forçada da capacidade de importação, esse processo não se deu de maneira linear e completamente apartado do setor primário-exportador. O controle das esferas financeira e tecnológica continuavam a exercer influência sobre a possibilidade de orientação do desenvolvimento industrial. Nesse sentido, apesar do choque externo causado pela crise de 1929, na medida em que se recupera em certa medida a atividade econômica nos países centrais o setor exportador dos países latino-americanos retornam sua relevância – ainda que agora não seja único protagonista. (Furtado, 2007, cap 18)

O esforço seguido pelos países especializados na produção de produtos primários após o choque externo que condicionou o impulso substitutivo de importações será de tentar reter os recursos gerados internamente pelos setores exportadores e direcionar aos investimentos industriais (Furtado, 2007; 2008a). Ou seja, após o primeiro momento de compressão das capacidade de importar advinda de condições externas, o sistema de divisão internacional do trabalho se re-configura em condições semelhantes às de antes da crise, ou seja as dinâmicas que vulnerabilizam as economias dependentes retornam. No entanto, as dimensões financeira e tecnológica são mais relevantes nessa etapa da economia mundial. Elas se destacam sobre a capacidade de influenciar na formação de preços dos produtos de exportação, através do financiamentos de infraestrutura em transportes e estoques. O projeto industrializante nos países latino-americanos é condicionado pela capacidade dos aparelhos estatais em de contornar a instabilidade econômica inerente à dinâmica do setor exportador. (Furtado, 2007, cap 17;18)

Desse modo, os países se utilizam das ferramentas possíveis para atingir algum grau de estabilidade, com vistas a reduzir os aspectos adversos da vulnerabilidade sistêmica, ou com objetivo mais direto de canalização direta da renda produzida. Essa variação obedece a variáveis das técnicas de produção e do produto, mas também são fruto da empiria perante as transformações.

Naqueles países de produção agropecuária não houve um padrão claro. O caso brasileiro é extraordinário pela capacidade de controle do preço internacional em vista de seu volume de oferta. A atuação no campo comercial nesse sentido é capaz de assegurar estabilidade na rentabilidade do setor exportador, utilizando dos estoques como âncora de preços. No entanto, esse processo vem com um custo na esfera financeira, afinal o financiamento de estoques volumosos de café só são possíveis com empréstimos internacionais. Em situação menos favorável, o Estado argentino tomou para si o monopólio das exportações de modo a maximizar a rentabilidade do setor exportador enquanto se apropriava de parcela do excedente para direcionar aos investimentos industriais. Entretanto, mesmo com sucesso em primeiro momento, na medida em que o setor agropecuário perdia relevância tensionando a inflação, o Instituto Argentino para Promoção do Intercâmbio (IAPI) altera a política em benefício do setor exportador. (Furtado, 2007, cap. 17)

Para países produtores minerais, caracterizados pela atuação direta do capital estrangeiro as alternativas estiveram sobretudo ligadas à arrecadação fiscal pelo Estado sobre os lucros e à tentativa de integrar o processamento das matérias-primas na indústria emergente. Ora, ainda que o acúmulo de divisas possibilitado pelos mecanismos fiscais seja capaz de contornar a tendência à crise de balanço de pagamentos característica dos países latino-americanos, a dependência tecnológica é evidente para integrar as atividades mineradoras, quase enclaves até então. (Furtado, 2007, cap. 17; 18)

O caso do setor petrolífero que nos é mais caro tem os exemplos de México e Venezuela como decisivos, justamente pela forma de enclave na qual operava até então. Além de baixa e decrescente incorporação de mão de obra, esta como vimos, recebia salários não correspondentes a produtividade. Sua repercussão econômica era ainda pouco relacionada aos lucros de exportação, pois “é comum que elas procurem limitar seus gastos locais inclusive em pagamento de salários, às receitas em moeda local derivadas da venda de combustíveis no mercado do país em questão” (Furtado, 2007 p.306). Os consórcios responsáveis adquiriam os bens de produção e intermediários externamente, pensados sob a lógica da administração de

uma empresa transnacional que atende a diversas plantas produtivas em diferentes países. O exemplo máximo é a permissão de balança de pagamentos à parte aos consórcios, que também gozavam de preços diferenciais pelas concessões.

A vulnerabilidade externa possui tamanho grau de repercussão interna nessas economias que os casos relacionados a um mesmo produto, o petróleo, influenciaram nos rumos tomados em cada país. Para Furtado (2007, cap. 17) além dos equívocos pela predação do recurso, as tensões sociais no México que culminaram na expropriação das empresas cresceram pela reduzida rentabilidade que a produção ali representava para os consórcios em comparação com a Venezuela, país próximo onde a exploração se iniciou na segunda metade da década de 20. Enquanto no país norte americano a produção comprime fortemente com a crise e já em 1937 há a expropriação das empresas, que gera não só a fixação da renda, mas sobretudo a fixação do produto. O petróleo produzido pela Pemex passou a atender principalmente ao mercado interno, ainda que reduzido volume por um bom tempo, a organização da indústria nacional em torno da petroleira estatal serviu ao projeto industrial nacional.

Na Venezuela as medidas tomadas se iniciaram por instrumentos fiscais, depois de 20 anos de exploração, em 1946, coincidentemente foi o mesmo ano em que o México recuperou o volume de produção de 1937. A partir daí criou-se a obrigação do pagamento de royalties por unidade produzida, acrescido de imposto de renda cedular e complementar, e logo em seguida passou-se a exigir participação nos lucros em 50% chegando em 1971 a 81%. Aspecto notável quanto ao imposto é que esse poderia ser exigido em petróleo de maneira discricionária pelo Estado, abre-se enfim oportunidade de interiorizar parte da cadeia produtiva. Entretanto essa margem foi pouco explorada. Um outro precedente da experiência venezuelana que foi amplamente difundido é a defesa dos preços do produto. Nos anos 60 e 70 o sistema de preços de referência possibilitou estabilidade no volume de rendas pela fixação interna (Furtado, 2007, cap. 17). E externamente a defesa dos preços culminou no choque do petróleo através da ação junto a Organização dos Países Produtores de Petróleo em 1973. Esse avanço e defesa em relação aos lucros do petróleo no caso venezuelano entretanto, não diz tanto sobre uma apropriação orientada ao desenvolvimento, se tratava da base econômica para sustentar o pacto de Punto Fijo, acordo entre os principais partidos políticos visando uma estabilidade política que isolasse os comunistas, como assegura um governo civil recém restituído (Buxton, 2019).

Na atividade petroleira temos um dos exemplos mais completos e claros sobre as formas de controle que países do centro capitalista avançado podem possuir sobre um Estado nacional politicamente soberano. Por se tratar do insumo mais importante no crescimento de diversas indústrias e a fonte de energia primordial durante mais de um século, a gama de efeitos desse setor em diferentes países e momentos é riquíssima para se explorar. Ademais demonstra com clareza que os obstáculos envolvidos são tão técnicos como políticos, pois são condicionados pela dinâmica da indústria de alta tecnologia dos países desenvolvidos, isto é voltada para a inovação, com crescimento da densidade de capital por trabalhador. Na Venezuela, entre 1948 e 1963 a produtividade por trabalhador cresceu 396%, de modo que com 20.000 trabalhadores a menos ainda sim a produção cresceu vertiginosamente alcançando 1186 milhões de barris (Furtado, 2007: 308). Sem dúvida os instrumentos fiscais criados foram essenciais na internalização de parcela significativa dessa produção, alcançando valores maiores que os demais gastos no país das empresas somadas e retornando divisas. Entretanto, sozinhas essas rendas não solucionam as características do subdesenvolvimento, se não as agravam por extremar as diferenças entre o setor dinâmico exportador e o restante da economia do país.

Furtado (2007, cap. 17; 18) explicita como mais evidente que a intenção das medidas - controlar fluxos financeiros, retenção de recursos e orientação ao mercado interno - é a identificação de ferramentas. A eficácia de cada uma delas em dotar o Estado de capacidade de orientar investimento foi distinta, entretanto comungam da brevidade. Como visto, em todos os modelos após algum momento de industrialização propriamente propulsionada pelo mercado interno, foi a contínua apropriação estatal da especialização nos produtos primários de exportação que permitiu maior alcance de desenvolvimento industrial. E sua continuidade

O subdesenvolvimento ao atingir sua etapa superior, assim, com núcleo industrial capaz de produzir máquinas e equipamentos, ainda que parcialmente, para sua expansão e diversificação produtiva opera em condições de forte pressão inflacionária. Essa é produto de entraves estruturais, agravados pela característica própria do subdesenvolvimento, em que o setor de produção de bens de produção só surge após as indústrias de bens de consumo, de modo que as inovações e tecnologia não são o elemento dinâmico da indústria. Agrava-se a condição são incorporados acriticamente sem avaliação da disposição de fatores da economia periférica.

A inflação nessas economias não era um descontrole pontual, mas um sintoma da rigidez estrutural. A falta de diversificação produtiva, a dependência de importações e a heterogeneidade setorial criaram pressões permanentes sobre os preços, como detalha Furtado (2007, cap. 12). Isso se dá pois a redução nos volumes do setor exportador acarretam também deterioração nos termos de troca e fuga de capitais, que repercute na balança de pagamento. Nos períodos de crise cíclica, o sistema se adapta com desvalorização da moeda, através de taxas de câmbio flexíveis, e movimentação de capitais de curto prazo. A consequência é uma socialização dos prejuízos, em que a renda ligada ao setor exportador se expande em prejuízo da capacidade de importar geral.

Furtado (2007; 2008a) busca diferenciar-se da ortodoxia ao explicar as tensões originárias da inflação no processo de substituição de importações. Enquanto esses recorrem a desequilíbrios monetários ou excesso de demanda agregada, Furtado a percebe como consequência de estruturas rígidas sendo transformadas sem um esforço preciso e coerente. No caso brasileiro, ele ainda argumenta que a inflação serviu de atalho contra as barreiras ideológicas dos grupos dominantes ligados ao setor exportador, na falta de política própria ao desenvolvimento a inflação gerou condições de rentabilidade crescente na indústria.

Não obstante, a inflação nessas economias tem origem na organização da produção. O autor identifica cinco focos principais de pressão inflacionária estrutural: inelasticidade da oferta de produtos agrícolas; infraestrutura inadequada; fator humano não qualificado; estruturas fiscais ineficientes; e aumento dos encargos financeiros (Furtado, 2007, cap. 12).

A monocultura de exportação é prevalente por parte dos proprietários de terra, mas não supre as necessidades de diversidade de demanda e climática que o mercado interno necessita, ademais exige esforços logísticos distintos, pois o crescimento extensivo para esse tende ao aumento de renda da terra em função da distância entre centros urbanos e produtores. Referente à infraestrutura, a logística de transporte, serviços e financiamento não atende mais a uns poucos produtos homogêneos, mas uma diversidade de produtos em volumes variados que precisam alcançar áreas distantes e pouco integradas. A mão-de-obra tampouco era capacitada as novas necessidades industriais, assim como a cultura empresarial não habituada à inovação como fator dinâmico (Furtado, 2007, cap. 12).

As dimensões financeiras causadoras da inflação envolvem tanto a relação das economias frente ao sistema internacional: pressão no balanço de pagamentos que

aumentavam os preços relativos dos bens de produção. Como das estruturas prévias voltadas para a arrecadação fiscal e formação de poupança com base no produto de exportação. Essa última característica é fator de suma importância para o prosseguimento nos processos de industrialização na América Latina (Furtado, 2007, cap. 12; 17; 18). A apropriação efetiva e desenvolvimento das instituições bancárias permite a canalização dos rendimentos do setor exportador para o desenvolvimento industrial.

A dependência estrutural da América Latina em relação ao exterior segue impondo constrangimentos severos ao equilíbrio macroeconômico de seus países. A recorrente necessidade de importar bens de capital e insumos estratégicos, associada à fragilidade das exportações em gerar divisas compatíveis com as exigências do crescimento, reativa um ciclo conhecido: crises cambiais sucessivas, desvalorizações recorrentes e pressões inflacionárias que se retroalimentam. Incapazes de sustentar seus gastos com base em receitas fiscais consistentes, os Estados nacionais recorrem à poupança externa, ou a emissão monetária como mecanismo de financiamento, o que acentua as distorções do sistema econômico e agrava sua instabilidade (Furtado, 2007, cap. 18).

Nesse contexto, Furtado (2007, cap. 12) tece uma crítica contundente às estratégias ortodoxas de combate à inflação, fundadas no controle da base monetária, na compressão dos gastos públicos e na manutenção artificial de taxas de câmbio valorizadas. Embora essas medidas possam gerar efeitos estatísticos imediatos sobre os índices de preços, são ineficazes diante das causas profundas da inflação estrutural, cujas raízes se encontram nas desigualdades produtivas e na heterogeneidade social. Longe de solucionarem os impasses, essas políticas tendem a aprofundar a estagnação econômica e ampliar os níveis de exclusão. Para o autor, a superação duradoura da inflação na periferia exige reformas de caráter estrutural, que enfrentam as bases técnicas e institucionais da desigualdade.

Para Furtado (2007, cap. 12), a superação duradoura do fenômeno inflacionário na periferia capitalista exige transformações que desmontem o desequilíbrio latente entre setores. A inflação, longe de ser meramente um problema de gestão monetária, é a expressão de uma tensão distributiva em um sistema de oferta inapto para uma sociedade industrial. Assim, um diagnóstico consistente requer uma articulação estreita entre os domínios político e econômico, na qual o Estado é palco de disputa, e se inicialmente, sem domínio hegemônico, atua como mediador dos interesses, tende a evoluir para uma atuação mais direta, assumindo um papel ativo na orientação do desenvolvimento.



As experiências históricas da América Latina posterior à crise de 1929, ilustram essa complexa articulação. No Brasil e no México, por diferentes razões, as pressões sociais e políticas culminaram no direcionamento do Estado em torno de uma agenda de industrialização, favorecendo os setores produtivos emergentes. Na Argentina, ao contrário, os latifundiários conseguiram retomar e reforçar sua hegemonia, moldando a configuração do Estado conforme seus interesses. De toda forma, mesmo nos casos em que o Estado atuou diretamente em prol da industrialização, os focos inflacionários não foram eliminados, mas administrados de forma empírica, à medida que se buscava diversificar e aprofundar a estrutura produtiva. As estruturas limitantes variam quanto a sua elasticidade, permitindo adiar as consequências mais graves, maior exemplo de rigidez estava no Chile, pois diante de um setor exportador com baixa capacidade de internalização e de um setor agrícola frágil, as tensões inflacionárias se agravaram já de início. Já no Brasil e na Argentina, políticas voltadas à indústria, mas sem projeto de longo prazo, ao ignorarem os pontos de pressão estrutural acabaram por intensificar os focos inflacionários nos anos seguintes. (Furtado, 2007, cap. 12)

Por sua vez, no caso mexicano a Revolução de 1910 havia rompido estruturas e aberto espaço para transformações importantes, como da reforma agrária nos anos 30 garantindo acesso a terras e portanto na produção ao mercado interno. Mas também significativo foi a continuidade do Partido Revolucionário Institucional no comando executivo do país, sobretudo pelo seu aspecto centralizador que permitia controle sobre os mecanismos de irradiação e retroalimentação da inflação. No caso, havendo controle dos salários, e com a empresa do principal produto de exportação nacionalizada, a disputa da renda social estava sob jugo total do Estado. O que também aconteceria no Brasil a partir da ditadura militar, com o arrocho salarial favorecendo a concentração de renda, mas nos anos 50 o que se observou foi a transferência de renda se realizar dentro do setor privado, do exportador em direção ao industrial, pelo controle do câmbio resistindo como mecanismo de propagação (Furtado, 2007, cap. 12).

Essas variações nos permitem identificar como os setores exportadores influíram sobre esses pontos de pressão inflacionários nessa fase do desenvolvimento. A especialização na produção de commodities era concentrada em poucos produtos e não interagiu com a demanda interna de modo a promover processos transformativos cumulativos entre oferta e demanda em direção ao aumento da produtividade. Entretanto, quando se dá início ao processo substitutivo a interação entre os setores se modifica, em primeiro lugar porque há um

direcionamento consciente sobre o desenvolvimento em contexto de crise do setor exportador, mas também pela maleabilidade que a geração de divisas permite ao país em industrialização.

A estratégia de substituição de importações, embora tenha promovido certo dinamismo industrial, não rompeu com a dependência externa, apenas a reconfigurou. As importações se modificaram em direção a bens de alto valor agregado, como bens de capital, e insumos industriais. A capacidade de promover acumulação interna dependia da obtenção estável de divisas, trazendo ao setor exportador uma outra função na organização da produção nacional, mas ainda central para a continuidade do processo.

Nesse contexto, a restrição externa manifestava-se no tênue equilíbrio - ou melhor na falta dele - no balanço de pagamentos. Os produtos de exportação ainda eram os mesmos, sobretudo aqueles mesmos primários provenientes de atividades agropecuárias ou extrativas. As dificuldades relacionadas a eles já são sabidas, como a forte volatilidade nos preços, e a necessidade crescente de aumento do volume para obter divisas suficientes para sustentar as importações necessárias ao setor industrial. A essa caótica dinâmica se somam os fluxos de capitais externos que operam com grande inconstância, geralmente amplificando os ciclos econômicos. Assim, quando do princípio recessivo, a saída abrupta de capitais impunha pressões sobre as reservas internacionais e sobre a política cambial.

Controle de importações através de cotas, regimes cambiais fixos ou múltiplos, e intervenções sobre a taxa de câmbio foram algumas das ferramentas adotadas pelos governos. Não havia uma única ferramenta que resolvesse o acúmulo de tensões dentro dessas economias, justamente porque se tratavam de entraves com origens estruturais. Diante da persistência da escassez de divisas, as desvalorizações abruptas se tornaram mais comuns, o que repercutia sobre os circuitos financeiros internacionais, gerando crise de confiança ou retração dos fluxos de capitais. Essas desvalorizações, ao encarecer os insumos importados, agravavam os custos de produção industriais e operavam pressões inflacionárias internas.

Esse processo formava um círculo vicioso: a necessidade de importar para sustentar a industrialização pressionava a demanda por divisas; a incapacidade de obtê-las gerava desequilíbrios cambiais; estes, ao se traduzirem em desvalorizações, elevavam os custos e alimentava a inflação, que por sua vez minava a competitividade externa e reativava o desequilíbrio externo. Em determinados contextos, a política monetária buscava frear essas pressões à custa da atividade econômica, conduzindo a situações de estagnação prolongada.

A inflação nas economias periféricas como um fenômeno estrutural, derivado das contradições inerentes ao padrão de desenvolvimento dependente. A política cambial, nesse quadro, deixava de ser um instrumento neutro e passava a operar como mecanismo de mediação das disputas distributivas, com impactos significativos sobre o dinamismo industrial, o salário real e o equilíbrio das contas externas.

É necessário compreender que não são somente os 5 pontos de pressão inflacionária os responsáveis pela dinâmica de aumento de preços nessas economias. Na medida em que são pontos estruturantes dessas economias, mesmo que se tente diretamente a superação, as reformas para isso tomam tempo, com isso outros eventos conjunturais podem gerar ondas inflacionárias, ou mesmo acelerar um processo já em curso acumulado por um ponto de pressão estrutural. Furtado (2007) ainda menciona que por se tratar basicamente de expectativas frustradas, um processo inflacionário pode partir de ocorrências não econômicas, como o clima, com efeito cumulativo em cadeia sobre uma série de agentes: Estado, trabalhadores, empresários industriais, latifundiários e suas margens de atuação sobre as contas públicas, mercado de trabalho, capacidade para importar.

Considerado o caráter estrutural dos pontos de pressão, sem reformas diretas, resta a estrutura econômica se contorcer conforme os grupos sociais disputam sua participação na renda nacional. A disputa será agravada ou terá um grupo privilegiado na medida que o Estado, iniciado uma onda inflacionária, opta por controlar os fluxos monetários visando reduzir sua retroação, seja através das políticas de crédito, câmbio, salário e financiamento do déficit. Não obstante, Furtado (2007) retoma a falha dos diagnósticos monetaristas em se centrar nos mecanismos de propagação como causadores da inflação, desviando-se do aspecto material que era a rigidez na estrutura de oferta de alimentos, da infraestrutura física e financeira precárias, etc. Ficam centradas na análise das reações, caracterizadas como inflação de custos ou de demanda, de fato reais, mas que não eram a origem do problema e promovendo soluções ineficientes como aquelas do FMI.

A forma de substituição de importações que teve a industrialização na América Latina, embora tenha representado um esforço relevante de modernização econômica, não foi capaz de romper com as bases estruturais do subdesenvolvimento. O dinamismo observado nos setores industriais e exportadores coexistiu com amplos segmentos de baixa produtividade e com profundas desigualdades sociais e regionais. Ademais, a incorporação de tecnologia visando redução dos custos com mão-de-obra, como é nos países centrais, retarda as

transformações no mercado interno. Essa contradição entre setores modernos e tradicionais expressa o núcleo da dualidade econômica e evidencia os limites da modernização levada a cabo na região.

Entretanto, se vimos a capacidade de geração de divisas como condicionante do aprofundamento industrial, o setor petrolífero na Venezuela demonstra uma potência muito superior. Essa potência se observa pela capacidade de manutenção de termos de troca favoráveis, menos suscetível a variações bruscas nos preços internacionais como demais commodities. Por sua vez, como o método de apropriação e internalização da renda se dava primordialmente através de mecanismos fiscais, a Venezuela possuía no gasto público na forma de investimento seu principal dinamizador. De modo que da exportação, se traduz no aumento da capacidade de importação sem pressão inflacionária, pela cobertura total de divisas.

Em seu estudo encomendado pela Cepal em 1957, Furtado (2008b) argumenta que apesar de uma dinâmica oposta, caracterizada por abundância de divisas, o problema de heterogeneidade estrutural também é presente, de modo que aqueles pontos de pressão inflacionários das demais economias latino-americanas se manifestam também na Venezuela. Ainda que da falta de recursos financeiros o país esteve a salvo, a orientação do investimento público se deu principalmente para a construção de infraestrutura, com destaque pela aquisição interna dos insumos beneficiando a indústria interna prévia, atacando diretamente um dos entraves notáveis dos países subdesenvolvidos. Entretanto, a questão da oferta agrícola e capacitação de mão-de-obra se mantiveram latentes. Em alguma medida, ambos agravados, primeiro por se tratar de investimentos não reproduzíveis, também pois há capacidade de importar equipamentos de tecnologia mais avançada, portanto com menor necessidade de trabalhador por produto, o que por um lado exige profissionais mais capacitados, mas com pequena incorporação em volume. Haja visto que 40% da população estava ocupada na agricultura de baixa produtividade, uma lenta absorção desses trabalhadores dificulta o aumento da produtividade média no país (Furtado, 2008b).

Como visto, essas pressões não culminam necessariamente em processo inflacionário, e tampouco há uma hierarquia entre esses focos de modo que não é suficiente “solucionar” apenas alguns. A tentativa de superação do subdesenvolvimento através do processo substitutivo de importações se defronta com esses focos pela limitação que estes impuseram à continuidade de incorporações de novos setores à indústria nacional. Notadamente, em países

como Brasil e Argentina a capacidade de incorporação de um departamento de produção de bens de produção se viu estrangulada quando a pressão sobre os focos se manifestou pela inflação. Na Venezuela, por sua vez, Furtado (2008b) percebe a falta de mão-de-obra capacitada pela quantidade relativa de capital empregado como um dos entraves ao desenvolvimento, junto ao peso relativo dos alimentos sobre os salários. Ambos se agravam pela sobrevalorização da moeda, pois essa, em um país em desenvolvimento, tende a desorganizar os setores industriais pré-existentes pela capacidade extraordinária de importação. As importações se dão sobre os bens de consumo da população com salários reais apreciados, como no consumo produtivo tendendo ao uso de capital e economizar mão-de-obra, o que dificulta um processo de diversificação produtiva pelo efeito negativo sobre a consolidação e ampliação do mercado interno. O que nos interessa com isso é demonstrar que os focos são ao fim pontos de rigidez da oferta que impedem continuidade ao processo de substituição de importações, apesar de diferentes manifestações.

Entre avanços erráticos e consequências torpes, o processo de desenvolvimento na região ganha novos contornos na década de 1980 com as crises da dívida externa. Tendo o episódio mexicano como precursor, as economias do continente uma a uma se viram em uma situação crítica após as transformações da economia internacional irem de encontro a dinâmica delicada e conturbada dos processos de industrialização. A situação de déficit crescente na balança comercial que caracterizou a etapa superior do processo substitutivo de importações era até então compensada pela entrada de capitais. Com a moratória mexicana em 1984 o movimento de fuga dos capitais foi geral em todas as economias que apresentavam características similares, com graves efeitos sociais, econômicos e políticos.

Para além das consequências diretas sobre a renda e o emprego, os eventos dessa década condicionaram a continuidade do modelo econômico nos países latino-americanos. Efetivamente se esgotou o processo substitutivo de importações, em busca de retomar alguma estabilidade e reduzir danos esses países passaram por ajustes estruturais aconselhados pelos EUA, que renegociou a dívida desses países, e instituições financeiras alinhadas, FMI e Banco Mundial. Se antes houve uma tentativa, mais ou menos, intencional de interiorizar e canalizar a renda do setor exportador, a partir de então o sentido era oposto, o Estado deveria incentivar a produção nesse setor e assegurar máxima liberdade a ele. Diferente da dinâmica prévia da crise de 1929, os setores primários já não são a principal fonte de renda monetária que cria diversificação de demanda. Esses setores se tornaram muito mais intensos em capital, mesmo nas atividades agropecuárias, com menor absorção de mão-de-obra e maior

necessidade de importação de maquinário, portanto sem gerar uma expansão de mercado interno significativa como antes.

## **2. Renda da terra e renda petroleira**

### **2.1. Bases Teóricas da Renda Fundiária**

A renda da terra é produto da forma de organização do espaço da economia capitalista, na qual a terra, bem como os recursos que eventualmente estejam presentes nela, estão sujeitos à propriedade privada. O proprietário, por sua vez, enquanto monopolista daquele espaço, condiciona a possibilidade de produção em sua terra, e por conseguinte, exige uma participação no produto por esse arrendamento. Essa dinâmica é mais evidente na gênese do capitalismo, pela relevância da produção agrícola na organização da produção, e por isso a renda da terra foi objeto de estudo desde os primórdios das ciências econômicas.

Assim, em *A riqueza das nações*, de 1776, Adam Smith (1996, Livro I cap. 16) já constata como se trata de uma renda que existe em função do monopólio, pois sequer está relacionada ao investimento em melhorias da terra por parte do proprietário. Mesmo áreas não passíveis de aprimoramento, estão sujeitas aos pagamentos de renda da terra. Entretanto, essa remuneração opera de maneira distinta aos demais componentes da produção, lucro e salário. Enquanto a variação destes últimos tem impacto direto na formação do preço das mercadorias, a renda é reflexo do preço. Como reflexo do preço, a renda da terra estaria suscetível à demanda pelos bens. Para Smith, há pagamento de renda da terra quando o preço da mercadoria ultrapassa o montante necessário para repor salários e demais elementos do capital circulante, além de além de remunerar o arrendatário com o lucro normal da atividade naquela região. Novamente percebemos como essa está afastada da esfera produtiva propriamente

Estando suscetível à demanda para atingir os preços necessários para geração da renda, Smith (1996) entende que para alguns produtos sempre há demanda suficiente e, portanto, sempre geram renda da terra. A produção de alimentos entra nessa categoria, afinal é condição da subsistência e do crescimento populacional, assim esse próprio crescimento induziria o aumento da demanda por alimentos. Para esse caso, a renda varia em função da fertilidade e da localização da terra. A fertilidade favorece o proprietário não apenas pelo aumento absoluto da produção. Por sua vez, a localização envolve os custos de transporte de

terras distantes até os centros urbanos. Essa condição, entretanto, é continuamente neutralizada na medida que as tecnologias de transporte assim permitem.

Na medida em que os alimentos sempre proporcionam renda, serão as terras destinadas à produção do principal gênero alimentício de uma sociedade que regulam a renda da terra de todas as demais, pois havendo sempre demanda por estes, qualquer espaço utilizado para outro fim que não propicia renda superior seria convertido em plantação desse gênero. Isso significa que a capacidade de uma terra gerar renda depende não apenas de suas qualidades físicas, mas da relação específica entre o produto que dela se obtém e a estrutura da demanda social. Dessa forma, Smith (1996) aponta a renda da terra como um fenômeno determinado pelos hábitos de consumo, do crescimento populacional e da capacidade dos indivíduos em pagar o preço suficiente por determinados bens.

Smith (1996) ainda chega a esboçar sobre o pagamento de renda sobre produtos minerais, reconhecendo esses como exemplo evidente das consequências da organização do espaço baseado no monopólio da propriedade privada. As minas e jazidas não apresentam relevantes alternativas como as das terras agricultáveis, o que sucede em maior pressão do proprietário para obtenção de rendas daquela produção. Segundo o autor, a produtividade e qualidade da jazida são elementos determinantes ao valor da renda, na mesma medida que seriam a fertilidade e localização para as terras, pois ambos no fim significam aumento absoluto da produção individual. Ainda que, como Smith deixa evidente, a renda da terra não determina os preços, é decorrente deles e por isso central para a distribuição da riqueza

Entretanto, em *Princípios de Economia Política e tributação*, de 1817, David Ricardo (1996) elabora sua teoria da renda da terra a partir de fundamentos distintos daqueles encontrados em *A riqueza das nações*, o que se dá a ver inclusive na tentativa de estender o conceito aos produtos minerais, pois ele se desvia do cerne da questão da geração e movimento dessa renda. Isso pois a renda da terra seria um pagamento pelas “forças originais e indestrutíveis do solo” (p.65). Os demais bens não cultiváveis extraídos não teriam a presença e relevância no mercado suficiente para perceber essa geração de renda, apenas se comportando como lucro normal. A abordagem ricardiana se ancora sobre os rendimentos decrescentes da terra, ou seja, disponibilidade relativa das terras, além da diferenciação qualitativa, isto significa que a necessidade de pagamento dessa renda se originaria da necessidade de incorporação de terras de pior qualidade para o sustento de uma determinada população. Diferente de Smith que considera que alguns produtos sempre possuem demanda

suficiente para que seu preço gere renda, na verdade, aqui está considerado que em condições em que terras férteis são amplamente disponíveis não haverá pagamento de renda pela mesma razão de que não há necessidade do pagamento de renda sobre o uso do ar ou da água, são ilimitados. Ambos concordam, entretanto, que a localização também é fator relevante para a determinação de renda, mas como visto, os meios de transporte são capazes de anular esse fator.

Desse modo, Ricardo propõe a renda surgindo como reflexo do crescimento populacional na medida em que esse exige um avanço para incorporar novas terras. Essas serão de menor qualidade, pois presume que todas as terras férteis serão utilizadas antes da necessidade da “faixa nº 2”. A partir do momento em que terras incapazes de produzir na mesma quantidade por um mesmo trabalho e capital aplicados sejam utilizadas, aquelas mais férteis teriam sua produção extra convertida em renda em razão da tendência de nivelamento das taxas de lucro. Nesse sentido, a cada avanço sobre terras de pior qualidade, surge ou aumenta a porção do produto destinado à renda nas terras melhores. É a terra de pior qualidade, em que se observa o pior aproveitamento de trabalho e capital, que regule o preço do produto agrícola com que todos os capitais operam. Assim, os preços dos alimentos não são modificados em razão do pagamento de renda, mas se tornam mais caros pois a produção nas piores terras é mais custosa, a renda seria efeito e não componente dos preços - em parte concordando com a observação de Smith. Tal formulação está em consonância com a teoria do valor de Ricardo, segundo a qual o valor de troca de uma mercadoria é dado pela quantidade de trabalho incorporada em sua produção.

Tabela 1: Distribuição da produção agrícola para Ricardo

	Produto Líquido	Lucro	Renda
Faixa nº1	100	10	20
Faixa nº2	90	10	10
Faixa nº3	80	10	0

Fonte: Elaboração Própria

A tabela 1 demonstra a progressão da renda conforme a expansão da produção a novas terras menos férteis, igualadas as taxas de lucro, o diferencial entre o produto líquido é



captado pelo proprietário enquanto renda. Há ainda o caso da aplicação de outro volume de capital em uma terra da primeira faixa ser preferível a avançar sobre terras da faixa nº 3, mas uma vez que a diferença se dá em termos de produto por capital, surgirá também renda sobre a primeira parcela do capital aplicada. Assim, uma aplicação “intensiva” de capital na faixa nº 1 com produção maior que 80 seria preferida, e do mesmo modo que a pior terra, o capital que proporciona menor produção não paga renda.

Ricardo demonstra insatisfação com algumas consequências dessa conformação, entretanto o faz de maneira ambígua. Isso porque ele desvia da propriedade monopolística do espaço o fato gerador de renda, focando sobretudo na escassez desse bem (Baptista, 2010. cap. 2)<sup>1</sup>.

Nada é mais comum que ouvir falar das vantagens que a terra possui sobre qualquer outra fonte de produção, devido ao excedente que proporciona sob a forma de renda. (...) fosse uma vantagem, seria desejável que, a cada ano, a maquinaria recentemente fabricada fosse menos eficiente que a mais antiga, pois isso, sem dúvida daria maior valor de troca aos produtos produzidos não apenas com aquele equipamento, mas com todos os outros existentes no país (Ricardo, 1982: 69)

De todo modo, para ele a renda diferencial seria toda absorvida pelos proprietários, o que ocasiona uma situação de interesse conflitante entre a contínua acumulação de capital e o pagamento de renda. O aumento dos preços dos alimentos gera efeitos negativos ao primeiro, pois aumenta os custos de subsistência e, portanto, o preço do trabalho, enquanto comprime os lucros, ao passo que beneficia os proprietários de terra na parcela captada como renda e no valor do produto com que é pago. Portanto, para o processo de acumulação é interessante que sejam implementadas melhorias que reduzam a discrepância entre as capacidades produtivas das terras, pois a redução dos custos nas piores condições reduzem o preço geral dos alimentos, com efeito negativo sobre a renda dos proprietários (Ricardo, 1996).

A teoria ricardiana propõe um movimento constante e gradual em direção a terras menos férteis ao passo que crescem as sociedades, uma hipótese concernente à contínua degradação dos solos em prejuízo da agricultura na Europa que se manifestava à época. Ademais, se atenta à questão do bloqueio continental impetrado por Napoleão em 1806 e da Lei dos Cereais na sequência. Entretanto, como James Anderson propôs ainda em 1777, a questão da fertilidade não se trata de características absolutas e imutáveis, para ele a renda

---

<sup>1</sup> Para Baptista, esse desvio na argumentação de Ricardo deriva da tentativa do autor em suprimir a ambiguidade gerada pela teorização de Smith sobre a renda da terra. Esse último abre um flanco sobre a legitimidade da propriedade da terra, e dos demais bens não produzidos, mas que facilmente evoluem a críticas à propriedade por si. Esse desvio seria portanto um artifício lógico para sua teoria e escaparia dessa ameaça.

diferencial se origina a partir das relativas fertilidades que podem ser modificadas para melhor ou pior. O autor também centraliza o papel do arrendatário, em que esse ao estar limitado ao uso da terra por um tempo determinado por contrato não há interesse em promover melhorias que ultrapassem seu período de uso. O arrendatário, e a agricultura capitalista seriam empecilhos à agricultura racional (Foster, 2005).

Além dos clássicos, o trabalho de Anderson esteve presente no estudo de Marx sobre a renda da terra (Foster, 2025). Assim, ela é elaborada visando compreender o processo pelo qual a mais-valia toma a forma específica de renda fundiária, através do lucro. Na medida em que é apropriada como parte do lucro, a renda da terra depende do preço de produção social de uma determinada mercadoria, ou seja, o consumo de capital constante e variável mais o lucro médio calculado a partir do tempo de trabalho socialmente necessário nas condições médias de produção. No entanto, seu montante está na diferença observada entre o preço de produção individual em relação à média, afinal, o preço de produção para aquele em que o capital é aplicado em condições mais favoráveis estará notadamente abaixo do preço social pela necessidade de menos trabalho aplicado. Ainda assim, seu preço de venda, balizado pelas condições de concorrência do mercado, será regulado a partir da condição normal de produção, produzindo um lucro superior à taxa média. (Marx, 2017, Livro III cap. 39)

O aumento da produtividade do trabalho e a consequente diminuição do preço de custo podem se converter em mais-valia extraordinária enquanto os princípios causadores da elevação da produtividade forem monopólio de um capital. Tão logo tais princípios se difundam<sup>2</sup> na concorrência, o lucro extraordinário igualmente se desfaz. O sobrelucro só se mantém, portanto, quando as forças naturais capazes da redução do preço de produção individual sejam permanentemente monopolizáveis, alheias ao processo de produção, não reproduzíveis pelo capital. O que ocorre com a utilização de inovações, pela generalização de métodos mais eficientes de produção ou de maior escala de capital, mesmo que temporariamente permitam uma redução do custo individual, se diluem com o tempo. A renda, entretanto, mesmo que não provenha de um efeito positivo sobre a produtividade, da mesma magnitude que as máquinas a vapor fizeram por exemplo; ou mesmo sem efeito algum, se dá pela desigualdade das condições químicas, geográficas e geológicas do globo

---

<sup>2</sup> Ricardo apresenta um esboço dessa relação, mas de forma menos sofisticada, quando critica as supostas vantagens da terra como fonte de produção: “Se o ar, a água, a elasticidade do vapor e a pressão atmosférica tivessem diferentes qualidades; se pudessem ser apreendidos e se cada qualidade existisse apenas em quantidade moderada, esses agentes, assim como a terra, dariam origem a renda”(Ibid.)

que, passíveis de serem monopolizados por um proprietário, permite uma redução no custo de produção irreproduzível pelos demais capitalistas. Precisamente pelo uso da exclusividade das forças naturais que possui é que ao proprietário se destinará o lucro superior à taxa média, sem que esse tenha nenhuma relação com a produção do excedente.

A renda diferencial, nesse sentido, exprime as desigualdades naturais entre solos de diferentes qualidades. Marx propõe explicá-la a partir de duas formas de utilização da terra e geração de renda fundiária: a renda diferencial I, que emerge da aplicação de quantidades iguais de capital em solos de fertilidade desigual, ou seja, um uso extensivo; e a renda diferencial II, que surge da aplicação sucessiva de diferentes volumes de capital no mesmo solo, intensivo. Em ambos os casos, o sobrelucro se converte em renda à medida que o preço regulador do mercado permite aos capitais mais produtivos realizarem uma margem acima da taxa média de lucro, margem essa apropriada pelo proprietário fundiário.

O conceito de renda diferencial I é uma clara evolução do que havia teorizado Ricardo, tanto que Marx abre o capítulo 39 do Livro III d' *O Capital* evidenciando os acertos do autor à respeito, como nos critérios sobre localização e fertilidade. Assim como os demais antes dele, Marx diz que a localização tende a se tornar menos influente sobre a geração de renda pelo desenvolvimento das tecnologias de transporte e comunicações. Quanto à fertilidade, entretanto, inicia uma distinção importante, há a noção de fertilidade efetiva, essa para além das atribuições naturais do solo dizem respeito ao desenvolvimento químico - adubos - e mecânico - equipamentos, drenagem, irrigação - da agricultura. Essa distinção ainda que sutil permite compreender que o processo de incorporação de terras à produção não possui um caminho definido da mais à menos fértil.

A partir da tabela II se torna mais fácil compreender a diferença proposta quanto às distintas possibilidades de incorporação, bem como seus reflexos sobre preços, lucros e rendas. Primeiro, assumindo a hipótese de um percurso descendente, ele teria de se dar através de um aumento gradual dos preços, isso porque para assegurar um lucro normal de 20% sobre uma parte equivalente do capital aplicado no solo D, o preço de mercado poderia estar a 15 xelins, mas para que se torne rentável o cultivo na terra C esse preço tem de aumentar até pelo menos 20 xelins, isso se dará tão logo a demanda superar a produção de D. Assim sucessivamente, até o solo A passar a regular o preço, o diferencial gerado a cada aumento é embolsado pelos proprietários. Mas o caminho oposto também é possível, quando o cultivo iniciado no solo A não é suficiente, o preço excede 60 xelins até que uma nova terra forneça o

produto necessário, sendo essa terra de maior fertilidade mesmo com um preço de produção inferior, a venda se dá ao preço de mercado já estabelecido por A. O argumento é de que o movimento não é necessariamente causal ou sucessivo, os novos solos ao serem cultivados apresentam capacidade de produzir a um preço de produção menor ou maior do que aquele regulador, assim possibilitando geração de renda ao proprietário, ou apenas o lucro normal ao arrendatário.

Tabela 2 - Distribuição do produto agrícola para Marx

Tipo de Solo	Produto		Adiantamento de capital	Lucro		Renda	
	Quarters	Xelins		Quarters	Xelins	Quarters	Xelins
A	1	60	50	1/6	10	-	-
B	2	120	50	1 <sup>1/6</sup>	70	1	60
C	3	180	50	2 <sup>1/6</sup>	130	2	120
D	4	240	50	3 <sup>1/6</sup>	190	3	180
Total	10	600				6	360

Fonte: Marx, 2017, p. 614

Quanto à renda diferencial II, deve se formar esse ingresso do proprietário pela aplicação sucessiva de capitais no mesmo solo, variando sobre seu volume ou composição. Ainda, historicamente é posterior e influenciado pela própria renda diferencial I, na medida que a exploração extensiva é prática mesmo antecessora da introdução dos modos capitalistas na agricultura. À diferença da prática extensiva, essa ocorre quando em vez de uma porção proporcional de capital aplicado em diferentes terras produzir resultados diferentes, são aplicados sucessivamente na mesma terra - preferencialmente se dá sobre a melhor terra, D - com produto decrescente à cada parcela. Obedecendo a lógica das terras, o preço de produção é determinado pela parte menos rentável do capital, enquanto as demais produzem um sobrelucro pela diferença entre o preço de produção dessas em relação àquela. Mas, diferente do processo observado pela prática extensiva, em que a depender do processo em que se incorporem novas terras o preço pode subir ou se manter estagnado, para a renda diferencial II

o encarecimento só se verificaria caso as aplicações sucessivas se dessem sobre a terra A, o que não se verifica na prática (Marx, 2017).

## **2.2. A Renda na era do Petróleo: Mercado Internacional, Estado e Rentismo**

Esse debate sobre a renda da terra foi de fato muito caro à Economia Política clássica - e sua crítica -, seja a justificação de existência, sua legitimidade e seus empecilhos práticos ao pleno desenvolvimento das forças produtivas sobre o marco de um Estado nacional. Para além dos autores mencionados outros tantos como Stuart Mill, Marshall e Samuelson ademais do questionamento afirmavam a possibilidade, quando não a obrigação, de subordina-la aos interesses nacionais (Baptista, 1997; 2010, cap 2). Entretanto, a especificidade dessa renda e seu funcionamento na atualidade perdeu espaço na doutrina econômica, deixando fenômenos percebidos alheios ao tratamento empírico e analítico adequado (Baptista, 1997). Um desses é precisamente sobre a geração de renda em setores que só se desenvolveram posteriormente, especificamente nos é caro o caso do petróleo. Assim, considerando o padrão de desenvolvimento da América Latina, a produção primária, seja na agricultura como extrativa para comércio mundial, constituiu historicamente a formação social dessas nações, ademais seu volume e participação são tão relevantes que permitiu a partir dela a tentativa guiada pelo Estado de industrialização (Carrera, 2017).

Portanto, observando que no século XX, e deve se manter por grande parte do século XXI, o petróleo foi a principal fonte de energia e insumo industrial da maior importância da economia mundial e, encontra-se no sub-continente sulamericano o país com a maior reserva comprovada, além de uma produção relevante por diversos outros países da região, se torna da mais alta importância desenvolver as ferramentas para seu estudo. É verdade que a questão sobre esgotabilidade não ficou consensuada, entretanto Baptista (1997) pontua a irrelevância dessa distinção, pois na prática o que há é uma força natural, monopolizada, capaz de promover uma produtividade superior, abaixando o custo de produção em relação à média.

Há ainda mais uma questão que deve ser “atualizada”. A Economia Política se preocupou com a renda sobretudo pelas repercussões sobre a agricultura no momento em que seus representantes escreviam, a degradação do solo, a capacidade de importação e as leis a respeito disso, como a Lei dos Cereais, ou seja, interessava entender a renda da terra dentro de sociedade nacional. (Baptista, 2010, cap 4; Foster, 2005) Entretanto, quando percebemos a questão a partir do mercado mundial há de notar uma diferenciação, uma vez que os custos de produção são distintos nos diferentes países, a geração de um diferencial entre os produtores

em razão de forças naturais significa que flui para aqueles que produzem sobre menor custo um mais-valia extraído pelos demais na forma de renda da terra (Baptista, 1997; Carrera, 2017). É uma relação unidirecional, alheia ao processo produtivo próprio que gera o excedente, “Quer-se dizer com isso que a renda se capta ao invés de se produzir<sup>3</sup>” (Baptista, 2010: 67, tradução nossa). Para a atividade petrolífera, em que é usual que sejam os Estados mesmos proprietários da terra, o processo será o mesmo, com a diferença que se trata de um ente soberano politicamente o recebedor, portanto goza de uma autonomia e uma capacidade de ação muito superior aos entes privados (Baptista, 2010, cap. 4).

Ademais, há de se reconhecer que pela diferença entre as relações de produção domésticas e internacionais, é distinta a capacidade de ação do proprietário sobre a renda em cada cenário. O proprietário de terras acorda contratualmente com o arrendatário o quanto da produção se destinará a ele por um período específico de tempo, o primeiro quer que esse tempo seja o menor possível, enquanto o segundo que seja maior para que assim possa realizar ações que melhorem a fertilidade efetiva, por exemplo, e não ter de repassar a totalidade do sobrelucro por mais tempo. Por sua vez, no mercado internacional em que Estados agem tanto na produção como na comercialização mundial, eles são tanto o proprietário quanto o capitalista, por isso tem-se um processo contínuo de apropriação de lucro excedente pelo custo reduzido que apresenta em relação às economias domésticas dos demais países. Nessa diferente conformação, a captação dependerá da capacidade de influir sobre o mercado de cada ator, estabelecidos certos limites. Esse processo serve tanto sobre o diferencial, como permite aumento da renda absoluta, como demonstrou a ação da OPEP nas décadas de 60 e 70 (Baptista, 2010, cap. 4)

Finalmente, podemos nos concentrar sobre como se manifesta essa renda, primeiro quanto a sua geração e posteriormente como se relaciona com as economias domésticas. Baptista (2010, cap. 3) elenca alguns critérios e um método para definir qual seria o preço social de produção para o barril de petróleo, ou a terra menos fértil, já que é a fertilidade dos poços um elemento decisivo. Essa fertilidade distinta se dá pelo menor “esforço” necessário para a produção de uma unidade, ou seja, a diferença do valor agregado por barril para uma determinada economia nacional. Utilizando da fórmula proposta pelo autor:

$$\frac{V_{apet}}{Q_{pet}} = \left\{ \frac{(C_{trpet} + C_{capet})}{Q_{pet}} \right\} = Va^{\circ}Pet \quad (1)$$

---

<sup>3</sup> *Quiere así señalarse que la renta se capta en lugar de producirse*

Em que,  $V_{pet}$  é o valor agregado na produção total em uma dada economia nacional,  $Q_{pet}$  o volume dessa produção,  $C_{trpet}$  o custo do trabalho e  $C_{capet}$  a remuneração do capital, assim tem-se  $V_{pet}$  o valor agregado por barril. Tratemos agora diferenciadamente  $V_{pet}$  de  $V_{pet}^*$ , esse último sendo o valor agregado na situação de menor rentabilidade, leia-se de maior custo de produção social por barril. Distinguidos ambos, o preço mundial do produto deve ser suficiente para cobrir  $V_{pet}^*$ , a uma certa taxa de lucro. Desse modo, para toda economia em análise que a  $V_{pet}$  seja menor do que o custo social de produção, a taxa de lucro  $b^\circ$  será maior que a taxa no setor petrolífero com menor rentabilidade, esse lucro excedente é espaço de ação do proprietário, nesses casos, o Estado. Cabe salientar que além dos custos relacionados com trabalho e capital é comum o pagamento de royalties pela extração do petróleo de modo que mesmo na “terra de piores condições” o preço mundial é ainda superior para incorporar esse custo extra.

Historicamente, o país que cumpriu o papel de referência foram os Estados Unidos, isso porque além de uma enorme produção, é o principal consumidor e demandante do recurso, assim é possível admitir com razoável segurança que ocupa esse lugar (Baptista, 2010, cap. 3). Nos dados levantados por Baptista, até 2007 os EUA figuravam como terceiro maior produtor de petróleo no mundo, ainda sim, sua produtividade por poço era mínima, 20 vezes menor que a venezuelana e ainda menor em relação aos demais países da OPEP. É interessante também notar o número de poços, dada essa baixa fertilidade, elevar a produção exige uma expansão constante de modo que 73% dos poços em atividade no mundo se localizavam nos Estados Unidos (Baptista, 2010, cap. 3)

A renda da terra é entendida como possibilidade de um sobrelucro pela homogeneidade do produto comercializado, enquanto as condições para sua produção são distintas. Desse modo, é preciso salientar que o petróleo não é totalmente homogêneo, se distingue basicamente entre leve e pesado a partir de sua densidade, gera repercussões tanto sobre a extração como para o refino, assim influenciando também sobre os preços de realização. Ademais, as técnicas de exploração do petróleo se transformaram profundamente no decorrer do século XXI, novas formas de extração foram criadas e viabilizadas, destacamos o fraturamento hidráulico (*fracking*), que revolucionou a produção americana e apresenta possibilidades para a Argentina em Vaca Muerta. Essas novas técnicas, denominadas não convencionais, trazem outras nuances para a avaliação e comparação, e demonstram uma necessidade constante de atualização para precisar a renda apropriada.

Agora que já determinamos quais os parâmetros necessários para estimar no ramo petrolífero o custo social de produção é preciso um esforço de compreensão das repercussões dentro de uma economia nacional. Entretanto, como ressalta Carrera (2017) não é a magnitude da renda o fator que irá influir sobre o processo de acumulação e desenvolvimento de um país, mas quem são os sujeitos que efetivamente apropriam-se dela. O autor elenca algumas formas gerais, algumas com experiência histórica como as manipulações sobre a taxa de câmbio ou os impostos diretos tanto do produto in natura como de seu preço no mercado internacional, até algumas possibilidades de apropriação pelos trabalhadores a partir de uma renda universal. Como já estava elaborado desde a Economia Política clássica, por ser uma receita que não possui contrapartida produtiva a renda da terra pode ser efetivamente utilizada, taxada e afins sem maiores consequências ao nível de subsistência no curto prazo dentro de um país. Sendo o ramo petrolífero na América Latina majoritariamente composto por grandes empresas estatais, são elas proprietárias que captam em primeira instância a renda. Entretanto, a mera propriedade estatal não é suficiente sobre o modo de produção capitalista, “a distribuição doméstica de uma renda captada do mercado internacional não guarda associação com a disputa original entre as partes que leva a determinação da quantia primordial da renda<sup>4</sup>” (Baptista, 2010: 68, tradução nossa), ou seja, a devida apropriação está condicionada pela vontade política do Estado, às disputas políticas pelo controle deste.

Por fim, resta a análise de uma experiência concreta de apropriação da renda por um Estado nacional e a capacidade de entorpecimento de seu desenvolvimento devido à importância relativa que as receitas rentistas possuem em relação à produção no país. Essa condição será chamada de capitalismo rentista e possuiu no caso venezuelano impasses à continuidade do seu desenvolvimento, entretanto deve ser analisada com cuidado, a fim de verificar se as dinâmicas ali observadas são passíveis de generalização.

Por enquanto, nos limitemos às manifestações históricas da condição rentista. Para o processo de consolidação do mercado interno e engendramento de uma economia capitalista integrada nacionalmente as rendas advindas do petróleo foram da maior importância. Elas permitiram que, nesse primeiro momento, o plano de promover a desarticulação da parte tradicional, agrária, da economia para que haja uma urbanização e integração da população na economia industrial fosse bem sucedido. Isso se deu mediante um grande volume de investimento em obras de infraestrutura, agregado ao emprego público tanto para essas obras

---

<sup>4</sup> *la distribución doméstica de una renta captada del mercado internacional no guarda asociación con la disputa primigenia entre las partes envueltas que llevan a la determinación de la cuantía primigenia de la renta*



como para a administração dessa nova conformação espacial urbana. Ao mesmo tempo, o ponto de estrangulamento clássico, que é a oferta de alimentos, foi solucionado pela capacidade de importação beneficiada de uma moeda sobrevalorizada. (Baptista, 1997; 2010, cap. 16)

Mas não foram apenas investimentos públicos que transformaram a economia nesse período. As condições de crédito e facilidade de importação de bens de capital beneficiaram o investimento produtivo privado permitindo um período de grande acumulação. O estoque de capital fixo cresceu a uma taxa de 7,3% entre 1920 e 1980, frente a um crescimento pelos seus pares latinoamericanos de 4,9%, e 3% nos países desenvolvidos (Baptista, 2010: 215). Entretanto, esse desenvolvimento tem um limite claro, não como uma linha ou etapa objetiva, mas sua limitação está na capacidade de estímulo da demanda interna, pois o câmbio supervalorizado impede a projeção de produção para exportação no país.

Cabe destacar alguns dados levantados por Baptista (1997; 2005; 2010, cap. 13) quanto à manifestação desse capitalismo rentista venezuelano. A primeira já suscitada anteriormente é sobre o emprego público, comparado a experiência dos países capitalistas ocidentais, para o nível de produto venezuelano, há um “excedente” de funcionários públicos que ronda entre 40 e 60%. A propriedade do capital também demonstra um desvio, a partir da década de 1960 o capital público ultrapassa o privado e a diferença entre esses aumenta progressivamente. Por último, está o subsídio ao consumo que a renda representa, os salários reais cresceram 3,8% entre 1950 e 1978, ao passo que a produtividade 1,5%. O consumo, ao mesmo passo, cresce entre 30 a 86% mais do que o produto não rentístico, influenciado não apenas por esse favorecimento do consumo, como pelo câmbio sobrevalorizado.

No capítulo seguinte serão apresentados com maior profundidade os limites desse padrão de acumulação para o autor, assim como a possibilidade de outros caminhos para a renda.

### **3. Estimação e rentismo século XXI**

A explanação que Baptista faz sobre o movimento de afluência de uma renda internacional para os limites nacionais nos permitiu ampliar a perspectiva do funcionamento da renda da terra nos contextos extrativistas do século XX e XXI. Sem uma influência ou convergência teórica, a necessidade de mapear e quantificar essa renda se impõe à realidade dos países detentores de recursos desse tipo, a tal ponto que instituições econômicas e

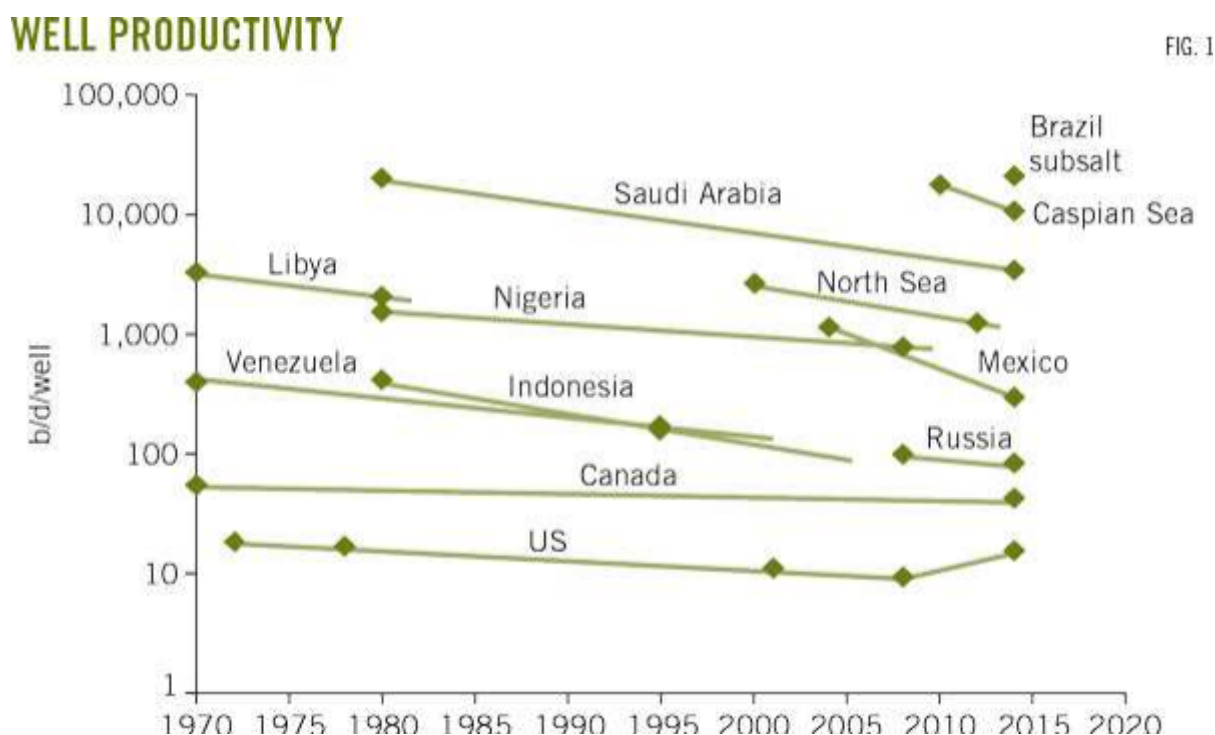
financeiras internacionais se debruçaram sobre. Nesse sentido, o Banco Mundial (Bolt et al, 2002), a UNCTAD (2005) e a CEPAL (Campodónico, 2008) realizaram estimativas do montante de renda absorvido por esses países. Entretanto, existem algumas falhas nessas perspectivas institucionais em relação à realidade que gerou a teorização sobre renda da terra e especificamente a renda petrolífera. Apesar de seguirem a ideia geral de custos reduzidos por barril em relação ao preço internacional, se baseando nos custos de produção fornecidos pela EIA, há uma omissão quanto a separação clara de o que é a taxa de lucro normal e o que seria renda propriamente dita. Essa omissão nem sempre se dá por completo, alguns reconhecem a necessidade de diferenciação, mas a delimitação e forma que o fazem não está clara, por vezes se estima um valor arbitrário para a remuneração do capital e a partir daí se realizam estimativas (Kornbliht e Dachevsky, 2010).

Entretanto, Kornbliht e Dachevsky (2010) enxergam limitações também no método adotado por Asdrúbal Baptista para a medição de renda. Como já exposto, o autor venezuelano utiliza da produção petrolífera convencional americana como a que baliza o preço de produção social, isso se justifica pela relativa baixa fertilidade por poço média no país enquanto é um grande demandante de importações. Quanto a isso existem 2 problemas, sobretudo empíricos, na visão dos autores, primeiro que existem múltiplas fertilidades nos poços americanos e esse procedimento menospreza as consequências da coexistência. O segundo é que a taxa de lucro do setor petrolífero nos Estados Unidos é constantemente inferior às taxas de retorno industrial e mesmo que da taxa geral de lucro. Os autores não indicam hipóteses para essas condições e optam por utilizar-se da taxa de lucro industrial americana, ou da taxa de lucro do setor privado não petrolífero do país analisado. O relatório *Petróleo y otros datos estadísticos* do Ministério da Energia e Petróleo da Venezuela também estima o ingresso da renda internacional a partir da diferença de retorno entre o setor em escrutínio e o não petrolífero (Venezuela, 2009).

As dimensões dessa variedade são impressionantes no caso americano, considerando a extração de petróleo e gás natural, em 2023 a produção média por poço foi de 39 barris de óleo equivalente (BOE) por dia. Contudo essa média encobre que mais de 700 mil poços, 77% da produção, produzem 15 BOE/d ou menos, enquanto 7% apresentaram produção superior a 100 BOE/d (EIA, 2024). Mas enquanto crítica ao método, ela parece já haver sido considerada por Baptista, haja visto que para a formulação da equação 1 antes apresentada ele expõe: “Mas, como visto, não há um rendimento físico padrão por poço, em razão disso é

necessário ajustar a noção obtida pelo volume de barris extraídos por poço ( $Q_{pet}/Poz$ )<sup>5</sup> (p.55, tradução nossa). Como hipótese, é possível supor que o petróleo possui uma demanda social de tamanha magnitude, por ser elemento básico para o funcionamento econômico americano e mundial que seja suficiente para colocar em marcha produções mesmo em poços de tão baixa produtividade com um retorno aceitável.

Figura 1 - Perfis de produtividade de campo por poço desde seu pico até 2016 para grandes produtores de petróleo



Fonte: Sandrea e Goddard, 2016

A figura 1 se origina de um relatório técnico visando desenvolver uma ferramenta robusta e comparável (RQI) para estimar a produtividade futura de poços com base nas características físicas dos reservatórios. A partir da métrica de produtividade por campo normaliza a produção e permite melhores comparações sobre produtividade futura e viabilidade econômica de novos campos (Sandrea e Goddard, 2016). Para nosso estudo sua relevância é ilustrar e ajudar a compreender o fenômeno, se não dar por fim a discussão quanto os Estados Unidos poderem ser considerados a “terra de pior qualidade”. Ainda

<sup>5</sup> Pero, según lo visto, no hay un rendimiento físico estándar por pozo, a consecuencia de lo cual es preciso ajustar la noción conseguida por el volumen de barriles extraídos por pozo ( $Q_{pet}/Poz$ )

apresenta as produtividades observadas em Brasil e Venezuela, países do nosso interesse e indicam a existência de rendas fluindo em direção a esses países.

Para além dessas ponderações, outra divergência metodológica se dá pela ausência de consideração por Asdrúbal Baptista sobre o capital circulante adiantado. Na verdade, ao incorporar os custos de trabalho com salários em sua medição está incluso parte do capital circulante, a parcela variável, enquanto a constante é desconsiderada. Considerando tanto a pertinência das críticas ao método do autor venezuelano, como a disponibilidade de informações sistematizadas a respeito do volume dessa renda, se optou pela utilização de dados obtidos a partir da metodologia de Kornblihtt e Dachevsky (2010). A partir da base de dados disponibilizada por Kornblihtt et al (2021) os dados disponíveis servem para compreender o percurso de apropriação da renda em cada caso. Entretanto, para os anos em que é possível, se apresentará os valores também estimados por Baptista e pelo relatório PODE, assim podemos perceber quais as convergências, assim como possíveis sub e superestimação.

A metodologia de cálculo da renda da terra petrolífera e gasífera dos autores é baseada no processo elaborado por Juan Iñigo Carrera para a produção agrária, que parte do pressuposto de que a renda se expressa na diferença entre a taxa de lucro obtida pelo setor de extração de petróleo e gás e a taxa de lucro média, ou normal daquela economia. Como destacado, a opção por tal diz respeito também à disponibilidade de informações, ainda que para casos específicos as equações a nível amplo não compreendam todas as nuances.

$$R = K_{tapet} * [T_{gpet} - T_g] \quad (2)$$

Em que R é a renda petroleira,  $K_{tapet}$  o capital total do setor,  $T_{gpet}$  a taxa de lucro petroleira e  $T_g$  a taxa normal de lucro (do setor não rentista).

Os procedimentos de mensuração se iniciam visando descobrir a taxa de lucro dos setores:

$$T_g = \frac{g}{KTA} \quad (3)$$

Então, decompondo o capital total adiantado (KTA) temos:

$$KTA = Stock0 + Kca1 \quad (4)$$

sendo  $Stock_0$  o capital fixo do ano anterior e  $Kca_1$  o capital circulante adiantado. E este último é obtido por:

$$Kca = \frac{Kcc + Kvc}{r} \quad (5)$$

em que  $Kcc$ : capital circulante constante (consumo intermédio);  $Kvc$ , capital circulante variável (remuneração dos trabalhadores); e  $r$ : rotações em um ciclo produtivo.

Agora para obter a massa de lucro geral:

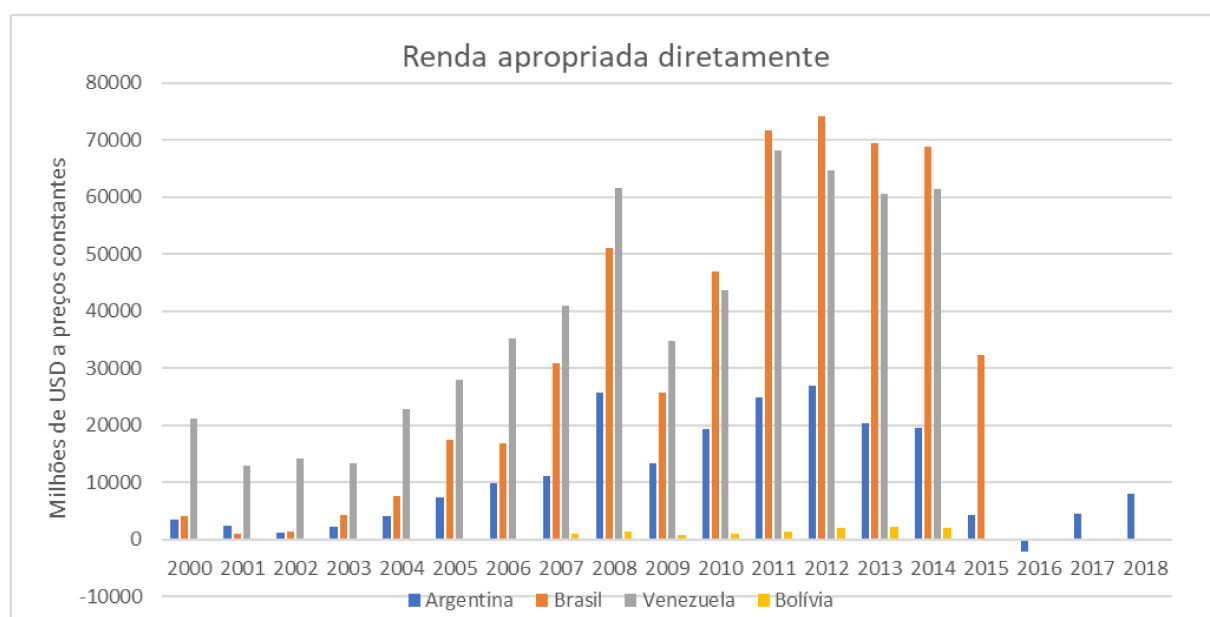
$$g = PIB - Kv - Ckf \quad (6)$$

em que  $Ckf$  é o consumo de capital fixo e  $Kv$  a massa de salários. E finalmente para a massa de lucro no setor petrolífero se tem:

$$g_{pet} = (P_{ext} * Q) - Kcc - Kv - Ckf \quad (7)$$

Para  $P_{ext}$  preços internacionais de equivalente de petróleo e  $Q$  a quantidade produzida. Esse método nos leva ao Gráfico 1, em que toda a renda seria apropriada pelos proprietários.

Gráfico 1 - Renda apropriada pelo diferencial de preços de produção e exportação por país, 2000-2018



Fonte: Elaboração própria com base em Kornblith et al, 2021

Entretanto, como essa renda não é necessariamente apropriada por um único agente ainda é preciso estabelecer o câmbio de paridade, TCP o que foi elaborado por Carrera (2007 *apud* Kornblihtt, 2021):

$$TCP_i = TCC_b \frac{\frac{IPCA_i}{IPCA_b} \frac{IPTUSA_i}{IPTUSA_b}}{\frac{IPCUSA_i}{IPCUSA_b} \frac{IPTA_i}{IPTA_b}} \quad (8),$$

Sendo IPCA o índice de preços aos consumidores do país escolhido, e IPTA o índice de produtividade do trabalho nesse país. IPCUSA e IPTUSA são as mesma variáveis, mas aplicadas aos Estados Unidos.  $b$  e  $i$  servem para diferenciar o ano base escolhido e o ano analisado, respectivamente

Agora sobre os mecanismos, para a estimar a parcela apropriada pela sobrevalorização do câmbio tem-se:

$$Rcâmbio = Vx\$ * (1 - \frac{TCC}{TCP})(9)$$

Sendo  $Vx\$$  o valor obtido pelas exportações petrolíferas em moeda nacional.

O mecanismo fiscal é o mais direto de ser estimado:

$$Rimp = Impostos + Royalties - Subsídios \quad (10)$$

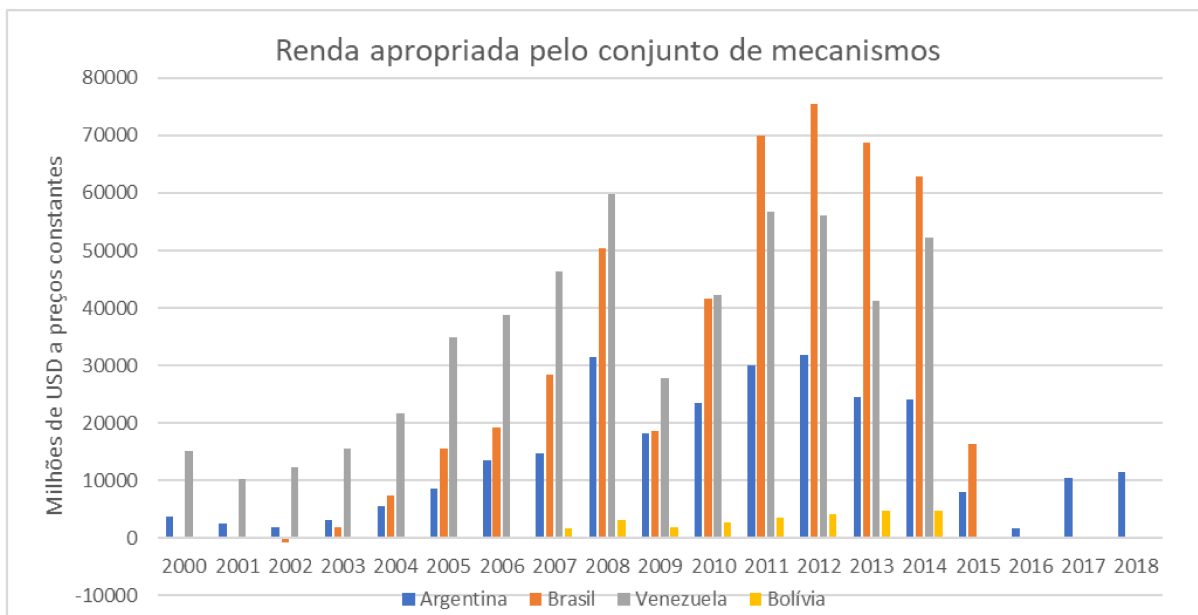
Em seguida, temos a renda pelo preço diferencial ao mercado interno, que apesar de ser calculado separadamente, é influenciado diretamente pelos efeitos do câmbio e dos impostos, caso se materializem como *retenciones*:

$$Rpd = [(Q - Qx) * PxTCP] - [(Q - Qx) * Pi] \quad (11)$$

Em que  $Qx$  é o montante da produção exportada,  $PxTCP$  as exportações calculadas a câmbio de paridade e  $Pi$  o preço praticado no mercado interno.

Por fim, temos o mecanismo de apropriação por parte das empresas individualmente se utiliza a equação 2 com as informações de capital relativas a cada.

Gráfico 2- Renda apropriada pela soma dos mecanismos utilizados por país, 2000-2018



Fonte: Elaboração própria com base em Kornblith et al, 2021

O gráfico 1 e 2 apresentam os valores absolutos apropriados em cada uma dessas economias, o primeiro apenas a renda direta, através da diferença entre preço de produção individual e o de venda internacional. O segundo, apresenta os valores utilizando todos os mecanismos possíveis, são eles: apropriação pelo capital petrolífero que arrenda a terra como parte do lucro comercial; apropriação fiscal pelo Estado através de royalties e contribuições específicas; através do câmbio, pelo qual a atividade exportadora vende no mercado nacional abaixo da capacidade de representar valor; transferência aos setores que produzem bens e serviços para a atividade geradora de renda; venda do produto no mercado interno abaixo do praticado no mercado internacional (Kornbliht e Dachevsky 2010). Essa estimação considera as formas apresentadas por Carrera (2017) sobre os cursos e mecanismos, nesse caso a forma “natural” descrita pelos economistas clássicos, e Marx, seria a apropriação fiscal pelo Estado, que é efetivamente o proprietário, enquanto as 3 últimas formas são meios pelo qual outros agentes se veem beneficiados.

Serve em primeiro momento para dimensionar o volume desse setor nos países discriminados, em termos globais, uma vez que a capacidade desses países perante o mercado global é de grande relevância para a determinação da renda. É notável o movimento ascendente considerável da renda no caso brasileiro que ultrapassa mesmo a Venezuela. Por sua vez, já demonstra como nem sempre o conjunto de mecanismos se dá de maneira a

expandir ao máximo a massa de renda total, o que se verifica por exemplo quando os preços praticados internamente são fixados acima dos preços internacionais, é evidente para o Brasil em 2015.

Agora para verificarmos o nível de relevância para a economia interna, de modo a identificar se as conformações rentistas percebidas por Baptista tem condições de se reproduzirem nesses países. Os autores utilizam do termo mais-valia de maneira idêntica ao lucro, em acordo com a equação 6, seria o lucro para um capital individual ou a mais-valia total para a totalidade do capital. A primeira vista já se nota que a disparidade entre a relevância da renda na Venezuela e Bolívia é muito superior aos casos de Argentina e Brasil, o que se explica pela maior complexidade econômica desses últimos, países que desenvolveram uma indústria nacional de maneira mais satisfatória. Outra razão é que o petróleo e o gás não são o único produto portador de renda exportado por nenhum desses, são países em que a formação de renda no setor agropecuário é tão ou mais relevante (Kornblihtt, 2021). O que repercute sobre a estrutura e organização institucional no setor de hidrocarbonetos de cada país, enquanto os dois primeiros possuem empresas estatais que, ao menos virtualmente, possuem monopólio da produção, nos outros há um mercado aberto para companhias privadas, e mesmo Petrobras e YPF são empresas de economia mista.

O movimento do preço internacional evidentemente vai servir para explicar o comportamento da renda nos países, a crise de 2008 gerou uma desorganização momentânea do mercado, mas principalmente quando os preços caem dos valores acima de 100 dólares por barril pela metade em 2015 (OPEP, 2025), a renda despenca. Esse processo tem diversas consequências políticas e econômicas nos países latinoamericanos, inclusive a respeito da condução de suas empresas petrolíferas estatais.

### **3.1. Brasil**

Para o Brasil, a apropriação de renda pelo setor foi calculada pela diferença entre o lucro realizado, reportado nos balanços financeiros da Petrobras, e o lucro normal. Apesar de já haver produção por outras empresas, a Petrobras representava 90% da produção no período em que a série foi elaborada, assim, foi a partir dela que se extrapolou ao décimo restante. Se dedicando à primeira parte, para o capital total adiantado, o capital fixo é informado diretamente pela empresa. Enquanto para o capital circulante há uma imputação de que a

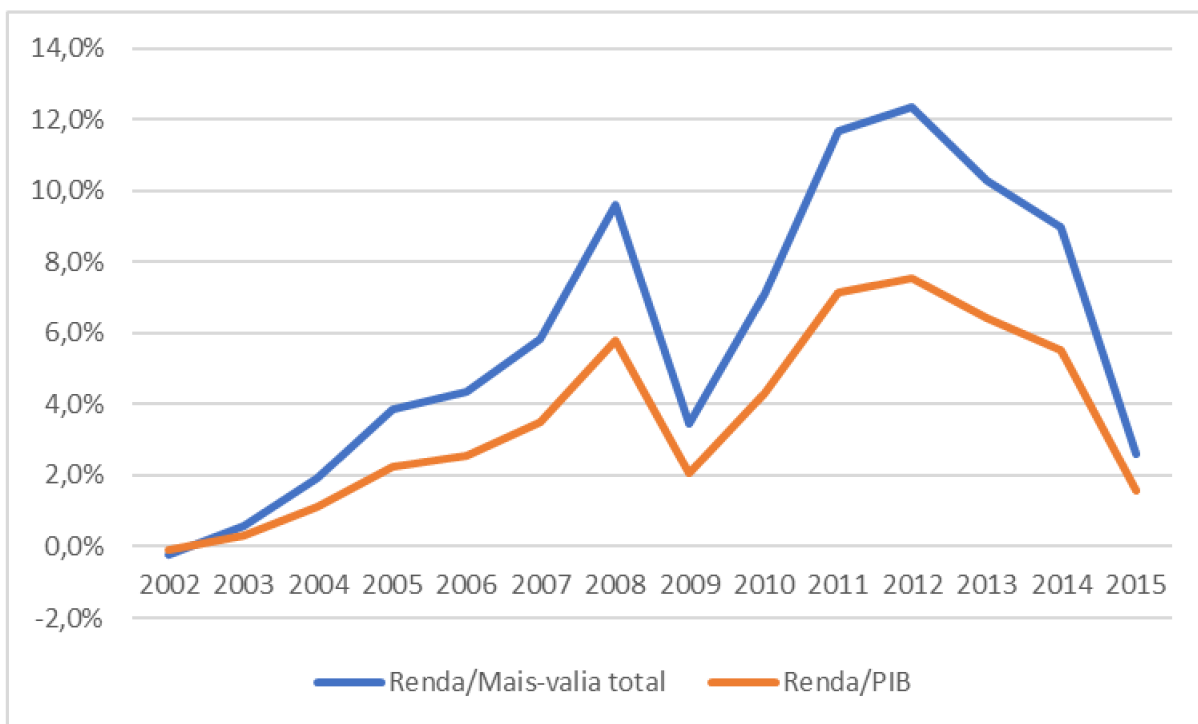


rotação seria de seis vezes por ano e estimou-se multiplicando a produção total pelo custo médio de produção. (Grinberg, 2021)

Quanto aos dados de produção, os custos totais são a soma dos custos de exploração e desenvolvimento, obtidos de publicações especializadas, com os custos de extração, que são informados pela Petrobras. O lucro industrial normal segundo o autor é de 10,76%, que se soma aos custos para obter o preço de produção, que serve de base para o cálculo da renda (Grinberg, 2021).

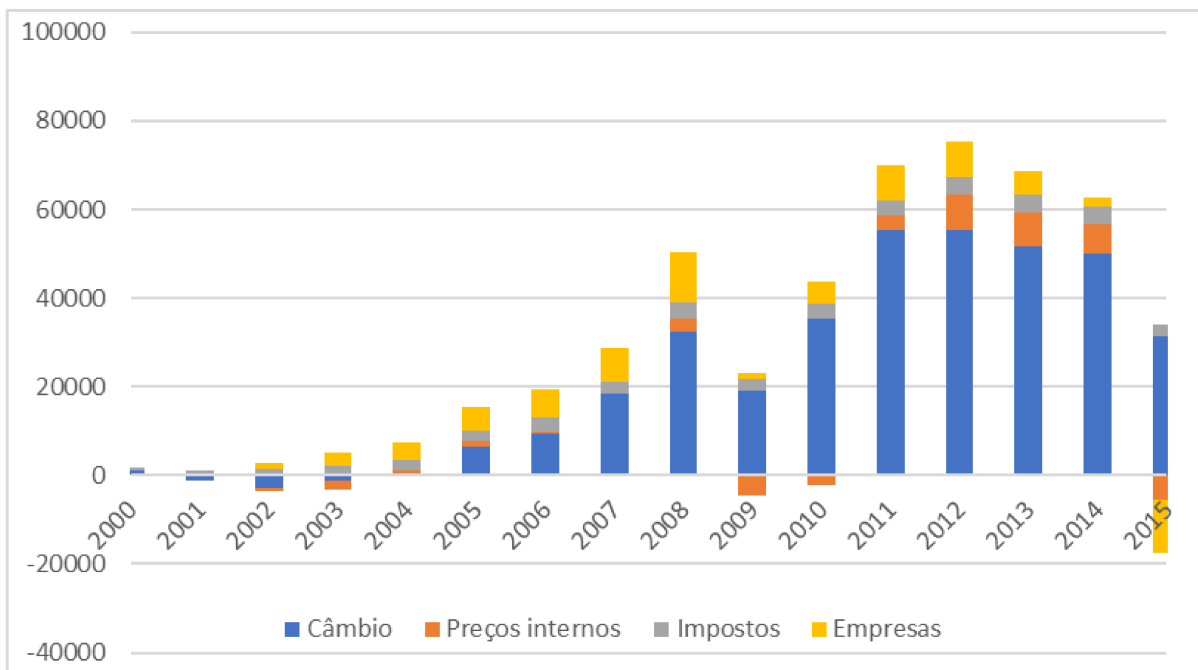
Sobre os mecanismos, o valor de royalties e impostos especiais é fornecido pela ANP. Quanto à apropriação por diferencial de preços, são considerados gasolina, diesel e óleo combustível, livres de impostos, informados pela ANP e Ipeadata.com com os preços internacionais de referência dos Estados Unidos, fornecidos pela EIA (Grinberg, 2021). É preciso destacar que algumas especificidades do caso brasileiro não são plenamente contempladas, por exemplo a consideração apenas de impostos e royalties menospreza arrecadações como o bônus de assinatura, como também apropriações do produto físico, como acontece com o lucro-óleo presente nos regimes de partilha.

Gráfico 3- Renda apropriada pela soma dos mecanismos em relação ao PIB e a mais-valia total da economia, Brasil 2002-2015



Fonte: Elaboração própria com base em Kornblihtt et al, 2021

Gráfico 4 - Apropriação por tipo de mecanismos, Brasil 2000-2015



Fonte: Elaboração própria com base em Kornblihtt et al, 2021

O modelo brasileiro de exploração do petróleo e apropriação da renda se torna da maior importância no século XXI, porque apesar de produzir internamente desde a década de 40 a exportação do produto é ainda recente. Até recentemente o país era importador líquido de energia. Além disso, a descoberta do pré-sal, como aponta o gráfico 1, indica a uma transformação do setor e da geração de rendas petrolíferas, de modo que a disputa por elas pautar os caminhos de desenvolvimento do país no curto e médio prazo. Se em 1953 a criação da Petrobras tinha como plano de fundo a utilização do Estado para consolidar o projeto industrializante brasileiro exercendo o monopólio sobre o setor integralmente, desde a exploração à comercialização, com vistas a abastecer as demandas internas, a posição de destaque ocupada por ela hoje é sobretudo de empresa exportadora. Ainda iremos abordar com mais clareza as mudanças no setor e na Petrobras que reconduzem a maior empresa do país e maior petroleira da América Latina aos interesses de acumulação.

Antes de analisar o histórico recente, é importante compreender que a centralidade da Petrobras na economia brasileira se dá porque ela foi responsável pela dinamização de diversos setores da indústria nacional. Ou seja, para além da importância do setor petrolífero como fornecimento de energia para a industrialização, essa empresa serviu a múltiplos fins, como na economia de divisas em tempos de estrangulamento externo e demanda ao

departamento de bens de capital (Loural, 2016). Segundo Pires (1996 apud Suarez 2012) foram US\$182 bilhões economizados em divisas até 1992 e 11,05 bilhões de máquinas e equipamentos de empresas brasileiras desde 1980 a 1992, nesse período 90% do maquinário e insumo eram oriundos da indústria nacional. Nesse sentido, com o objetivo de abastecimento e atuação integrada da empresa, não há efetivamente renda internacional sendo captada,

Para Suarez (2012), é possível identificar alguma geração de renda no mercado interno e sobre os derivados, entretanto a formação desses preços envolvia diversos mecanismos de regulação estatal que compreendiam os custos de importação e uma taxa de lucro normal à Petrobras, afinal continuava a ser uma empresa com participação privada e que era do interesse comum que tivesse capacidade financeira para acelerar o ritmo de acumulação na economia. Apesar de ser uma dinâmica diferente da que observamos para os demais países, o mecanismo é precisamente igual ao que Marx (2017) descreve na formação da renda fundiária: a produção ao menor custo não é suficiente para a demanda existente, desse modo os preços aumentam até que seja rentável produzir (nesse caso, importar) uma terra de menor qualidade<sup>6</sup>. Isto significa que em vez de um excedente externo ser transferido ao conjunto da economia nacional, há uma transferência interna por parte dos consumidores em direção à Petrobras, mas não apenas, pois parte também se destinava ao exterior na importação.

Sendo uma empresa mista, mas com controle estatal efetivo, essa apropriação permitia atuar sobre o conjunto da economia através de uma ferramenta ímpar, pois canaliza na Petrobras um potencial de financiamento do próprio investimento com repercussões sobre a economia nacional. Contudo, não se entesourava indiscriminadamente nela, essa parcela se dissipava para estados e municípios através de indenizações (royalties), impostos e fundos especiais (Suarez, 2012). Assim, confluíram políticas macroeconômicas, de preços e de investimento da empresa com o objetivo de promover o desenvolvimento nacional através da industrialização por substituição de importações.

Se aproximando do período analisado, na década de 90, em meio a programas de desestatização, a Petrobras sobrevive, mas não passou ilesa. Houve a desregulação do mercado, de modo que desde 1997 empresas privadas, nacionais ou estrangeiras, poderiam atuar no setor através de concessões outorgadas pela ANP, criada no mesmo ano (Ribeiro;

---

<sup>6</sup> Conceitualmente a definição de renda da terra pode não ser completamente adequada, afinal não se está comparando custos de produção para o capital individual da Petrobras e o custo social de produção do petróleo pois o preço pelo qual se importava incluía componentes não referentes ao setor de petróleo e gás, mas também frete, etc. Mesmo assim, na prática, dentro do espaço nacional efetivamente cabia à Petrobras um excedente.

Novaes, 2014). E no controle acionário da empresa o Estado reduziu também sua participação, em 2001 passou a representar 32,53% do capital social e 55,71% das ações ordinárias<sup>7</sup>. Apesar disso, a Petrobras continuou responsável pela vasta maioria da produção e a política de compras nacionais se manteve como obrigatória para todas empresas. Dada a proeminência da Petrobras é comum que os autores sequer considerem as demais empresas na estimação da renda petrolífera no Brasil (Grinberg, 2021; Campodónico, 2008; Suarez, 2012). Entretanto, esforços mais recentes captam a diferença na geração da renda entre demais empresas do ramo (Azevedo e Moraes 2025).

Durante o governo Lula a produção aumenta consideravelmente, em 2006 o país atinge a autossuficiência, que apesar do nome, não significa que todo o petróleo consumido internamente é aqui produzido. Devido a diferentes composições do petróleo, ainda é necessário continuar importando para a produção dos diferentes produtos derivados, mas é uma quantia decrescente. Assim, aquela fração que não possui destino interno, é exportada, então a partir desse ano o Brasil passa a ser um exportador líquido de petróleo. Em 2010, essa parcela era de 31% da produção (Suarez, 2012). No mesmo ano também se realizou a descoberta do pré-sal, o que permitiu vislumbrar um crescimento ainda mais significativo no setor, tanto do setor público como privado. Visando assegurar certa autonomia é criado o marco regulatório para a exploração do Pré-sal, pelo qual as empresas só podem atuar sob modelo de partilha<sup>8</sup> Isso garante à União propriedade efetiva sobre o petróleo e obrigação de atuação conjunta com a Petrobras.

Em conjunto, todas essas mudanças gradualmente mudam o propósito da Petrobras no processo de acumulação interna e mesmo a forma pela qual ela é capaz de fazê-lo. Aumentam os interesses privados que sempre foram enormes sobre a empresa e o setor petrolífero no Brasil. Sublinhando alguns aspectos principais, o crescimento da produção e das exportações em um contexto de alta dos preços internacionais passa a concentrar o setor em função das etapas *upstream*, e minimizando o papel dela como empresa verticalmente integrada que serve ao interesse estatal de condução econômica. Durante a presidência de Michel Temer é quando se torna mais latente, as importações de derivados como gasolina que cresciam desde meados

---

<sup>7</sup> Em 2025 a participação da União nas ações ordinárias é ainda mais reduzida, com 50,26% das ações ordinárias e 37% do capital total. Por outro lado, investidores estrangeiros aumentaram sua participação de 30,7% para 41,49% das ações ordinárias desde 2007, além de se tornarem a maior parcela do capital social (Campodónico, 2008; Petrobras, 2025).

<sup>8</sup> Esse modelo havia sido defendido como modelo geral por Lula durante sua campanha em 2002, mas não foi implementado em seu governo

de 2010 aumentam ainda mais, entretanto simultaneamente reduz-se o uso da capacidade de refino nacional. No mesmo período, a Petrobras passa a adotar a política de Preço de Paridade Internacional (PPI), o PL 4567/16 quebra o monopólio da Petrobras sobre o pré-sal e o plano de negócios da empresa passa a se concentrar em desinvestimentos através da venda de ativos (Schutte, 2016).

Quando analisamos a renda captada a partir de diferentes mecanismos, todos esses são feitos em prejuízo da rentabilidade da empresa específica, não à toa, no debate público se justificava a PPI e venda de ativos da Petrobras como forma de recuperar lucros e quitar dívidas. Assim, as transformações observadas a partir de 2016 demonstram uma orientação para que a renda seja concentrada na empresa, e assim amplie sua remuneração aos acionistas. Ao estado ainda restaria a apropriação fiscal, entretanto essa está consideravelmente diluída, pois royalties se dirigem em sua maioria aos estados e municípios e as Participações Especiais cabem aproximadamente 50% à união (Suarez, 2012), ao mesmo tempo estão concentrados em alguns estados, principalmente no Rio de Janeiro<sup>9</sup>.

Pode-se dizer que para o período compreendido nos gráficos 3 e 4 a Petrobras ainda manteve em algum nível propósitos de uma empresa estratégica, com as compras locais e preços defasados favorecendo aos consumidores de petróleo internamente. Entretanto existem questões em aberto, o câmbio, no caso, pouco teve a ver com um objetivo do Estado direto sobre ampliar a renda petroleira. O fato de ter sido a principal ferramenta de interceptação e apropriação dessa renda representa distorções não completamente identificadas, como o preço interno superior ao preço internacional mesmo sem PPI, o que dificulta identificar o total potencial de utilização da renda propriamente dita para o conjunto da economia brasileira no período. Entretanto, a partir de 2016 o movimento é mais evidente de modo que as decisões, apesar de não utilizarem os termos de renda petroleira, visam claramente rentabilidade para as empresas e que essas repassem aos seus acionistas

### **3.2 Argentina**

Para se chegar ao excedente gerado neste setor, parte-se do Valor Bruto de Produção (VBP) que é calculado contabilizando toda a produção de petróleo e gás aos preços de referência internacionais e convertida pelo tipo de câmbio de paridade. Desse valor, o

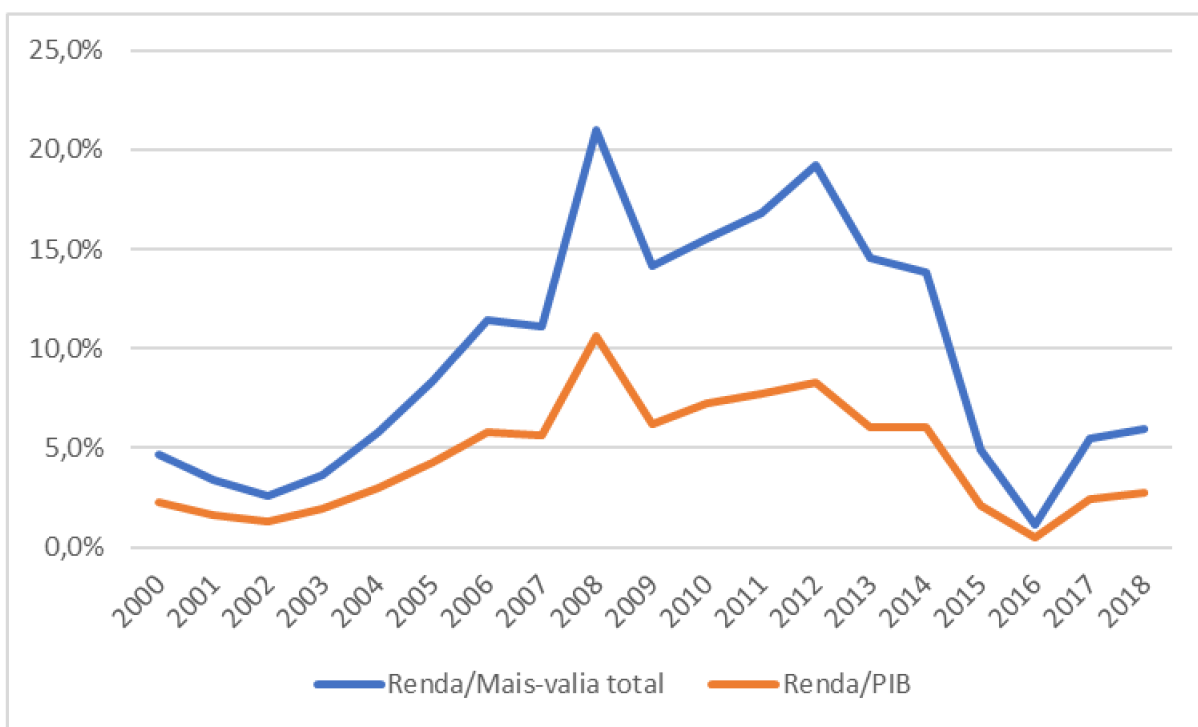
---

<sup>9</sup> Os municípios do Rio de Janeiro entre 2006 e 2019 representaram, no mínimo, 50% do total de royalties direcionado aos municípios e o mesmo serve para o estado. Essas proporções foram ainda maiores entre 2022 e 2024.

Consumo Intermediário, que foi estimado a partir de um coeficiente técnico de 0,272 a partir da Matriz Insumo-Produto de 1997, é subtraído. Também são deduzidas as remunerações salariais, cujos dados provêm do Ministério do Trabalho, e o consumo de capital fixo, que é calculado aplicando uma taxa de depreciação média observada dos balanços contábeis da YPF (Kornblihtt et al, 2021).

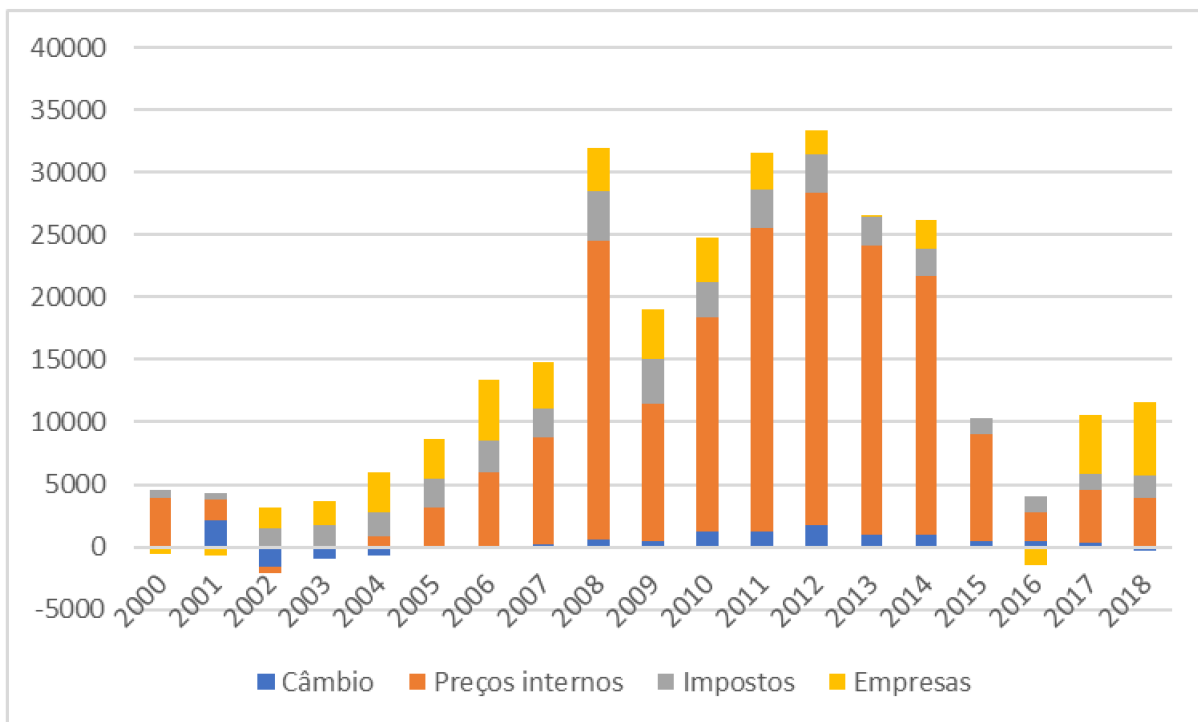
O lucro normal é computado aqui através da taxa de lucro industrial, selecionada aqui como referência normal, ao capital total adiantado do setor de hidrocarbonetos. No caso, os autores se apropriam da taxa de lucro industrial estimada por Carrera (2007). Já o capital adiantado é estimado a partir dos balanços contábeis de um conjunto de empresas listadas na Bolsar (YPF, PAE, Petrobras e Tecpetrol), e delimitando os ativos referentes à etapa de refino. A diferença observada entre o que aparece como excedente bruto de exploração (EBE) nas contas nacionais e o esperado pela taxa de lucro médio. Os dados de volume de produção e exportação para o período recente são obtidos principalmente de relatórios da Secretaria de Energia (SESCO Downstream) e os preços do mercado interno são informados pelo MECON e pela Secretaria de Energia (Kornblihtt, 2021).

Gráfico 5- Renda apropriada pela soma dos mecanismos em relação ao PIB e a mais-valia total da economia, Argentina 2000-2018



Fonte: Elaboração própria com base em Kornblihtt et al, 2021

Gráfico 6 - Apropriação por tipo de mecanismos, Argentina 2000-2018



Fonte: Elaboração própria com base em Kornblihtt et al, 2021

A apropriação de renda da terra é parte fundamental do processo de acumulação de capital na Argentina, com a centralidade da produção agrária nessa dinâmica (Carrera, 2017). Isso significa que as medidas tomadas como forma de apropriação mais abrangentes, como é a manipulação cambial e em menor medida os impostos, nem sempre são diretamente direcionadas à produção de hidrocarbonetos. Ao agregar as estimativas da renda agrária e petroleira do país percebe-se que enquanto a primeira mantém maior constância e, salvo exceções pontuais, mais representativa, o crescimento da renda petroleira é intermitente (Kornblihtt, Suster e Herrera, 2021). Entretanto, um dos momentos de maior relevância desse setor se deu durante os anos 2000 com a elevação dos preços das commodities, seguido pelas prospecções e início da exploração de Vaca Muerta, são indícios de que a renda petroleira deve estar no centro da discussão no país no futuro próximo.

A indústria petrolífera argentina foi pioneira na América Latina, fundada ainda em 1922, abriga algumas diferenças cruciais em termos de participação estatal e uso estratégico quando comparado aos demais países produtores de petróleo<sup>10</sup>. Em geral, o processo de

<sup>10</sup> Dachevsky (2022) explana todos os embates desde a descoberta do petróleo na Argentina, passando desde a divisão entre propriedade do solo e do subsolo, da disputa entre entes subnacionais e central, a nacionalização, os regimes de contrato e concessão e a privatização periférica.



nacionalização do petróleo ganha força quando a rentabilidade do setor está em alta, normalmente atrelado a flutuações no preço internacional, de modo que a década de 70 combinou nessa tendência a possibilidade de manipulação dos preços pelos países com grande produção através da OPEP e percebeu avanços nacionais por se apropriar da maior renda gerada. Por sua vez, na Argentina o processo era de descapitalização da principal empresa estatal, YPF, em que lhe cabia atuar como mediadora entre empresas privadas, sobretudo multinacionais, que atuavam tanto na extração quanto no refino. O percurso se bem começou antes do aumento de preços dos anos 70 não sofreu mudanças em razão desse. Seria isso produto para Dachevsky (2022) da dinâmica de produção e consumo pela qual surgiu a empresa e o setor no país, diferente dos países exportadores, o principal interesse não era internalizar uma renda que escapa à esfera nacional.

Se analisado em função da renda apropriada, ainda antes da produção atingir o nível de exportações, se verifica uma deterioração da empresa, afinal a função passou a ser garantir a rentabilidade dos setores cadeia acima e abaixo à sua própria expensa, comprando dos contratistas a preços internacionais e vendendo subsidiado. Ainda que o setor público mantivesse arrecadação por impostos alta, uma parcela considerável era transferida às empresas e posteriormente aos consumidores. Posteriormente a empresa também passou a ser utilizada para endividamento externo do país numa aparente estratégia que vigorou durante a ditadura, sentenciando ainda mais sua rentabilidade (Dachevsky 2022b). Como mencionado sobre a centralidade da renda agrária, a renda petroleira serviu como compensador momentâneo da queda da primeira no processo de acumulação interno.

Durante a década de 90 houve a venda de 98,23% da YPF à multinacional Repsol, num processo gradual iniciado por Carlos Menem a partir de 1989. Durante esse período de exploração 100% privada que vigorou até 2012, houve mudanças na forma de apropriação da renda como o aumento da tributação sobre a exportação em função do preço internacional praticado, mesmo assim, a maior fonte de arrecadação fiscal foi pelo imposto sobre lucros, o que demonstra a crescente renda que era apropriada pelas empresas - multinacionais, sempre importante ressaltar (Campodónico, 2008). Para suprir o mercado interno com preços acessíveis, ainda foi preciso realizar acordos internos com as empresas e limitar de maneiras inventivas a exportação de gás e petróleo, ao ponto de igualar as *retenciones* de gás ao preço pelo qual se importava (Barneix, 2017).



A expropriação em 2012 é uma estatização apenas parcial na forma de uma empresa mista, ou seja, o Estado retoma o controle estratégico - a maioria das ações - e portanto pode sobrepor aos proveitos individuais de rentabilidade das empresas o interesse estratégico de abastecimento nacional. Apesar de ser um passo importante, sobretudo quando o principal motivo de embates entre interesse privado e público no setor era a falta de investimento em prospecção e exploração de novos poços, ao manter o capital da empresa aberto isso se faz com limitações. De toda forma, na sequência da nacionalização percebemos alguns movimentos que merecem destaque, primeiramente quanto à renda apropriada pelo conjunto das empresas do setor, essa decai e só volta a ser significativa em 2017, pode ser entendido pelo maior custo de produção na YPF, que passa a realizar investimentos volumosos somado à redução da produção nas demais empresas (Bilmes, 2023). Outro aspecto importante é a queda dos preços internacionais pouco após a nacionalização, de modo que o objetivo central do Estado argentino não é se apropriar de alguma renda, passa a ser ampliar a produção e a empresa estatal será basicamente a única que o faz. Por último está o impacto das formações não convencionais na formação de *Vaca Muerta*, em 2013 o governo Kirchner faz acordos com a Chevron para iniciar atividades de exploração e extração ali, efetivamente é a partir de 2018 que esse modelo de produção vai se viabilizar plenamente e começa a reverter a tendência declinante na produção argentina, gerando inclusive excedentes exportáveis (Barneix, 2017; Bilmes, 2023; EIA, 2024).

### 3.3 Bolívia

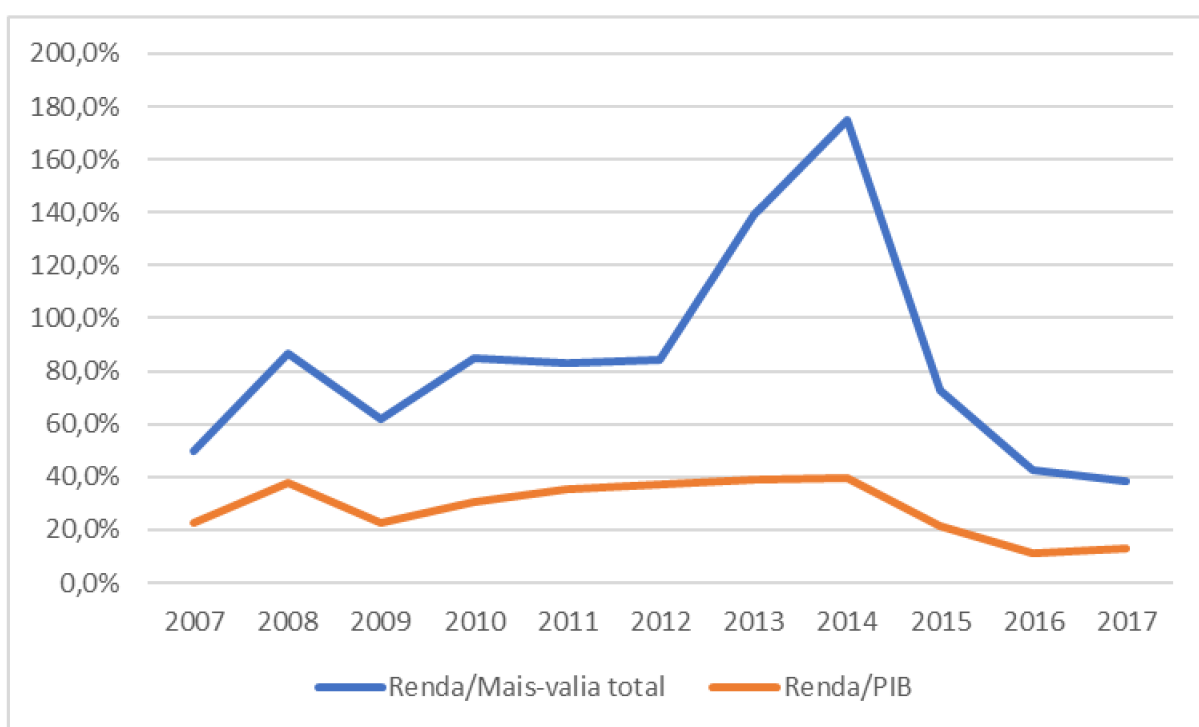
Para a Bolívia, a taxa de lucro do setor é calculada a partir dos relatórios financeiros publicados pela YPFB. Para o capital total adiantado, o capital fixo foi considerado nos relatórios ao fim do exercício anterior, excluindo terrenos, obras em construção e obras de arte, acrescido do caixa. Os salários, rendimentos, benefícios sociais divididos pela rotação do capital. Essa última, foi calculada pela relação entre o custo de produção de bens e serviços e o ativo circulante do final do ano anterior. Por fim, o capital circulante constante incluiu o custo de bens e serviços líquidos de amortização e folha de pagamento, e o valor líquido de compromissos a pagar ou receber, também dividido pela rotação (Mussi, 2019).

Enquanto a taxa normal é baseada nas séries de Formação Bruta de Capital Fixo publicadas pela CEPAL, interpoladas a preços correntes e constantes para máquinas e edifícios de acordo com a série: *América Latina e Caribe: Série Histórica de Estatísticas Econômicas 1950-2008*. Através do Método do Inventário Permanente (MIP) foram

construídos os stocks de máquinas e de construção. A partir do Instituto Nacional de Estatística (INE) se pode estimar o consumo intermediário com a Matriz Insumo-Produto de 2012, com uma regressão linear baseada no PIB dos anos restantes. Também se atualizaram os índices de moeda e preços. A massa salarial foi estimada com base no número total de pessoas ocupadas e na renda média da economia, visando captar a informalidade. Por fim, foi assumida uma rotação média similar a Argentina e Chile. Quanto ao câmbio de paridade se baseou no informe EMINPRO – INESAD para os trabalhadores da manufatura (Mussi, 2019).

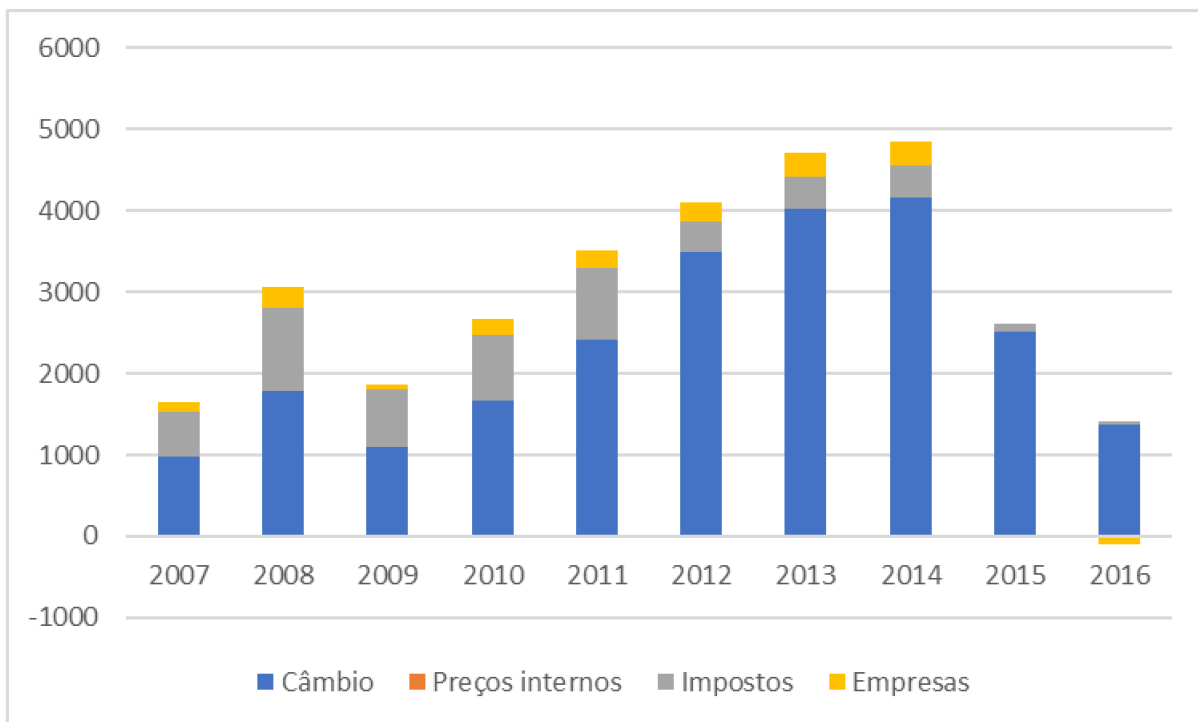
Finalmente quanto aos dados de produção, considerou os relatórios das operadoras e da YPFB sobre custos operacionais e de amortização e se acresce o lucro médio. Os volumes e preços de exportação foram obtidos pelo UN comtrade (Mussi, 2019).

Gráfico 7- Renda apropriada pela soma dos mecanismos em relação ao PIB e a mais-valia total da economia, Bolívia 2007-2017



Fonte: Elaboração própria com base em Kornblihtt et al, 2021

Gráfico 8 - Apropriação por tipo de mecanismos, Bolívia 2007-2016



Fonte: Elaboração Própria com base em Kornblihtt et al, 2021

O processo de internalização da renda gerada pela exploração de gás natural da Bolívia se origina a partir de movimentos populares reivindicando participação sobre a exploração de riquezas naturais presentes no território. Iniciada em 2003, a Guerra do Gás significou o rechaço da população à forma de exploração planejada e acordada entre governo boliviano, chileno e as companhias envolvidas. As reivindicações eram tanto para o abastecimento interno como sobre o retorno social que aquela exportação poderia significar. Nesse contexto, Evo Morales, importante sindicalista, cocaleiro e liderança indígena, é eleito presidente e modifica as condições da atividade gasífera no país. As reivindicações a respeito do gás não são a primeira experiência de mobilização popular visando nacionalizar a exploração dos próprios recursos, durante a Revolução Nacional de 1952 as minas de estanho tiveram o mesmo destino. Entretanto, ao contrário do ocorrido no século XXI, a nacionalização das minas se tratou de um movimento para frear a insurgência popular, enquanto o processo com o gás foi o catalisador da ascensão de Morales e do *Movimiento al Socialismo*.

A empresa estatal YPFB terá papel central, com a orientação das atividades desde a exploração à industrialização. Aos capitais privados, nesse caso estrangeiros, é permitida a

associação minoritária em empresas mistas junto da estatal, entretanto, toda a produção retorna a YPFB de modo que as empresas recebem uma remuneração correspondente. Além disso, há tributação de 50% das receitas, cabendo a divisão entre estatal e capital associado à partilha do restante (Mussi, 2019). Com toda essa centralização da apropriação da renda, ainda se mantém uma presença relevante de capital externo ali (Villegas, 2013 *apud* Mussi, 2019). A convergência em torno do Estado também se deu em relação às esferas subnacionais, províncias que eram responsáveis pela maioria da produção buscavam uma distribuição mais favorável, disputa que amplifica os contrastes entre as terras baixas e a região andina.

O caso boliviano, talvez pela sua conformação recente e relativamente breve, permite rastrear as formas em que se traduz na economia interna cada mecanismo. Evidente que não é possível isolar cada pela própria correspondência entre eles, mas até certo nível é identificável. Exemplo disso é o crescimento massivo do número de trabalhadores da YPFB, assim como os investimentos em capital fixo crescentes. Quanto ao câmbio, foi o principal mecanismo de apropriação, apesar de ser mais complexo precisar quem são os beneficiados específicos, é uma transferência do setor exportador ao importador amparada pela política monetária do Estado. Em uma tentativa de compreender melhor esse movimento Mussi (2019) discrimina por tipo de bens importados, mas verifica crescimento tanto para bens de capital, de consumo e intermediários, sendo esses últimos o principal componente.

Por último está o gasto público direcionado a políticas sociais, e de alguma maneira distributivas, sustentada pelos impostos e royalties recebidos. Nesse sentido, a formação econômica boliviana é marcada basicamente por enclaves extrativistas desde o período colonial, de modo que nunca houve a conformação de um mercado interno e o percentual de população excedente para o capital é altíssimo, 70% do emprego é informal (Mussi, 2019). O gasto público portanto age sim como um ampliador do mercado interno, entretanto considerando o exposto até aqui pode ser limitante observar apenas o efeito multiplicador desse gasto social. Aqui entram dois fatores que considero necessários destacar: a mudança promovida desde a ascensão do Movimiento al Socialismo não foi simples vontade política e a renda apropriada explica como parte disso se efetivou, entretanto há uma importante dimensão de incorporação das populações indígenas e de uma massa tão volumosa de trabalhadores sobressalentes na vida política e econômica do país. Assim se torna necessário uma investigação mais profunda sobre as relações de trabalho e luta para matizar qualitativamente esse processo.

Outro fator é a *Renta Dignidad* criada em 2008 como destino direto do recolhimento de royalties, essa serviu para tentar desarmar a oposição provincial concentrada na região da “Media Luna” que reivindicava apropriar-se localmente da produção gasífera. O programa de transferência mencionado é uma renda universal e vitalícia para maiores de 60 anos que não necessita contribuição, outro similar criado em 2009 é o *Bono Juana Azurduy* destinado a mulheres grávidas e promove o cuidado integral até os dois anos de idade. Se esses gastos sociais distinguem do propósito de vislumbrar um processo de acumulação interna e industrialização, permitem elaborar sobre formas de apropriação mais direta pelos trabalhadores como anteriormente notamos sobre as formas descritas por Carrera (2017). No mínimo ampliam o horizonte de ações.

### 3.4 Venezuela

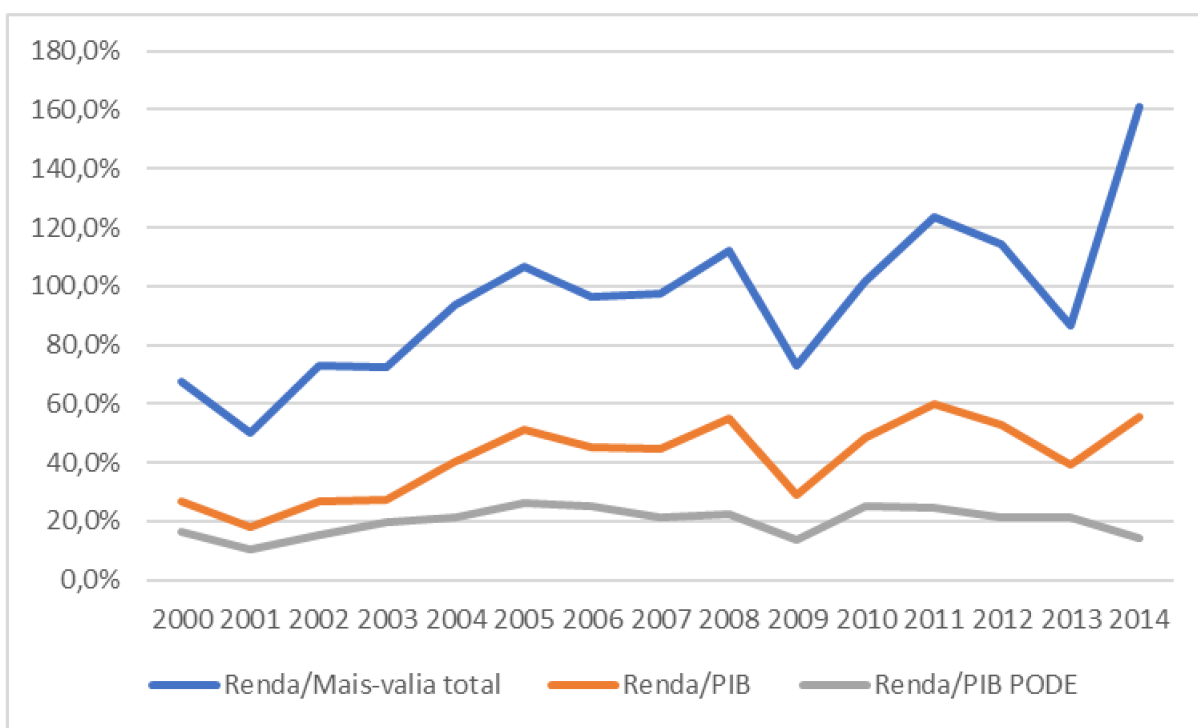
A taxa de lucro do setor petrolífero é calculada sobretudo a partir de dados do BCV nas *Series estadísticas de Venezuela Tomo I-A Cuentas Nacionales serie 1950-1998* tanto para o PIB, consumo intermediário e remunerações, com algumas adaptações pelos relatórios PODE. O capital circulante variável a partir de 2002 ficou fixado a partir da média da participação total dos salários, 8%. A rotação do capital foi definida em 9 após 1989, determinado nos balanços da PDVSA. Sobre capital fixo foi construído através de MIP, com dados de investimento até 2008 fornecidos pelo BCV e até 2012 através dos dados de Baptista (2011, apud Kornblihtt et al, 2021) utilizando uma vida útil de 11 anos para máquinas e 27 para construção (Kornblihtt et al., 2021).

Enquanto a taxa normal ( $T_g$ ) da economia é baseada em séries do BCV para o PIB e o CI, esse último no período analisado esteve fixado como 72% do valor agregado, proporção determinada pela média total. O estoque de capital fixo total também foi construído via MIP, com vida útil de 20 anos para máquinas e 51 para construção, esses dados estavam na série do BCV mencionada anteriormente, mas foi complementada com dados de Baptista (2012, apud Kornblihtt et al, 2021). A massa salarial para além da série disponibilizada pelo BCV, foi estimada de forma a incluir tanto os assalariados formais quanto autônomos e informais, a partir do ingresso misto. Fez-se algo como um “salário anual” para esses utilizando dados do Instituto Nacional de Estadística (INE) e do BCV. A rotação média do capital teve na Pesquisa Industrial sua definição, 7. O câmbio de paridade, usa o IPC *Índice General de Precios al Consumidor Área Metropolitana de Caracas, serie desde 1950*, e para a produtividade na

Venezuela se elaborou especificamente do setor não petrolífero com dados do INE. Para os americanos se encontra no BEA (Kornblihtt et al., 2021).

Relativo a produção, o volume total de petróleo foi obtido da EIA, e os preços do barril venezuelano vieram de relatórios do PODE. Os dados de volume de exportação foram compilados a partir de fontes do PODE (1960-1979) e da OPEP (1980-2019). Com essas variáveis, a renda petrolífera é calculada como o lucro do setor petrolífero subtraído do lucro que este setor teria se operasse à taxa de lucro normal da economia. Para a renda captada a partir do câmbio há uma diferença, se multiplica o valor das exportações agrárias em bolívares pelo percentual entre o câmbio comercial e o de paridade (Kornblihtt et al., 2021).

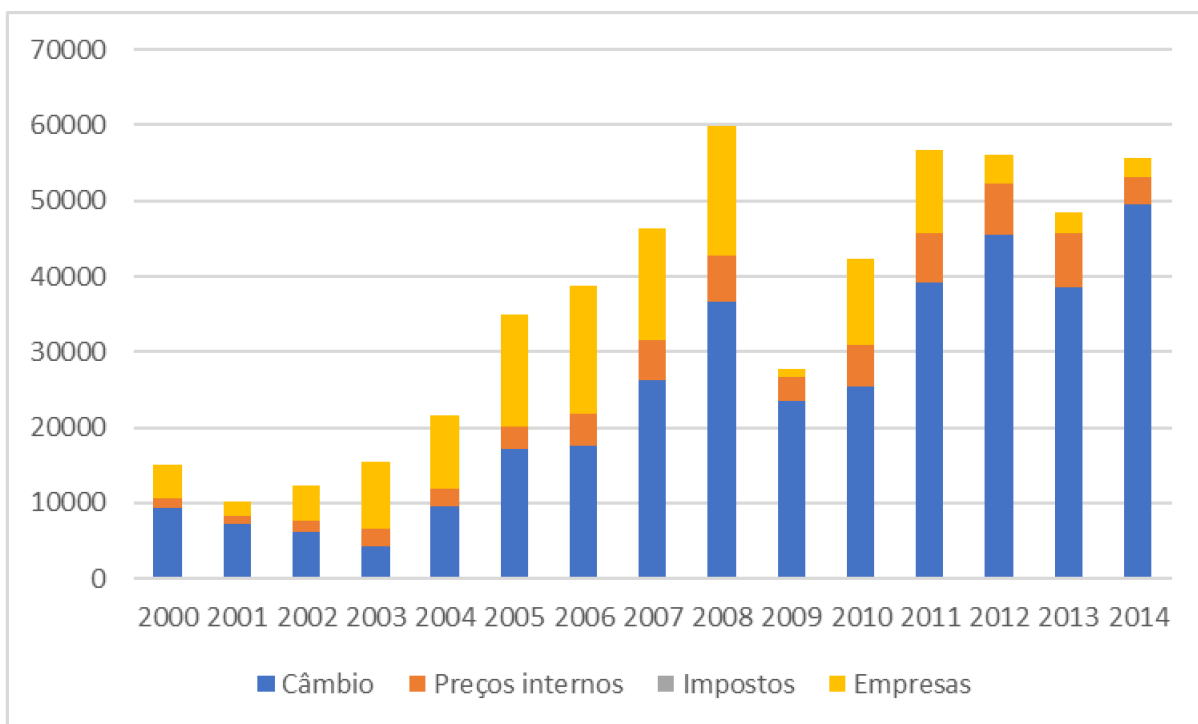
Gráfico 9- Renda apropriada pela soma dos mecanismos em relação ao PIB e a mais-valia total da economia, Venezuela 200-2014<sup>11</sup>



Fonte: Elaboração própria com base em Kornblihtt et al, 2021; Relatório PODE 2008; 2010; 2014

<sup>11</sup> Baptista apresenta uma média da relação entre renda apropriada e PIB não rentista para o período entre 1999-2008 de 22,5%, mais próximo do observado no relatório PODE, apesar da taxa de lucro ser comparada ao mesmo setor nos EUA enquanto o último compara ao setor não petrolífero e ao PIB total

Gráfico 10- Apropriação por tipo de mecanismo, Venezuela 2000-2014



Fonte: Elaboração própria com base em Kornblihtt et al, 2021

Na Venezuela, dada a profunda dependência do petróleo e a conformação específica do capitalismo rentista que foi discutida até aqui inicia-se uma crise profunda. Não apenas caem os preços e com isso a parcela apropriada como renda, decresce a exportação e a produção a uma mínima histórica, 0,85 e 1,01 milhares de barris por dia, respectivamente, até 2019 (OPEP, 2025). Esse processo não é apenas consequência da variação da renda, soma-se a isso a capacidade de substituir o fornecimento venezuelano por parte dos Estados Unidos, tanto pela produção canadense de petróleo pesado como pela produção interna de leve (Kornblihtt e Casique Herrera. 2021). Não menos importante é a aplicação de sanções diretas contra a indústria petrolífera venezuelana, confiscando bens, proibindo comércio, obrigando a realocação da produção e da exportação que passa a se direcionar para a Ásia. Segundo Kornblihtt, Suster e Herrera (2023) a diminuição também teria a ver com a tentativa de tentar produzir um aumento do preço pela retirada de campos de produção, efetivamente foi o que a OPEP fez durante a sua criação e depois quando Chávez retomou a iniciativa de coordenação e limitação da produção pelo bloco. Em 2020, a pandemia do covid-19 desestabilizou outra vez os preços do petróleo, o que por si só já seria uma complicada situação para o país caribenho, mas os impactos dela foram muito mais amplos para que o comportamento dos anos seguintes fosse capaz de ser explicado neste trabalho.

Enfim, o movimento de crise denota a incapacidade do capital de encontrar formas de se valorizar dentro daquela unidade nacional, assim como paulatinamente há uma geração de população excedente que é incorporada ao setor público ou simplesmente se torna obsoleta ao capital, quando da queda brusca da renda a estrutura por completo fica comprometida pela dependência de um excedente a ser transferido. A extrapolação de 100% na relação renda/mais-valia expõe essa falta de alternativas para a valorização interna de modo que o capital deixa o país (Kornblihtt, Suster e Herrera, 2023). Também demonstra os limites a alguns dos mecanismos utilizados para apropriação da renda, no caso a supervalorização do bolívar, que compromete parte da rentabilidade da empresa em favor das importações e fuga de capital, com o advento da crise e a partição de uma reduzida renda põe a necessidade de sustentar o conjunto de capitais junto a um inviável câmbio valorizado. Dessa insustentabilidade se produziu a enorme desvalorização e à continuidade as reformas monetárias.

Recuperando o período bolivariano, notamos que há uma mudança daquele consenso político que Baptista notou para o uso da renda, que seria o uso dela para investimentos e industrialização nacional. Essa mudança é também uma reação ao período dos anos 90 com as reformas visando abertura do setor petrolero, além de outras medidas de austeridade. Desse modo, há uma apropriação estatal com objetivo de financiar o gasto público social diretamente, a criação do FONDEN, das missões sociais são ferramentas construídas nesse sentido, ou seja, uma diversificação do modo de apropriação que até então era majoritariamente fiscal (Dachevsky e Kornblihtt, 2016). Por sua vez, a sobrevalorização da moeda ganha proeminência outra vez, diferente do boom da década de 70 esse se faz intencionalmente na política monetária como instrumento de ampliação do consumo e incentivo aos importadores.

Dessa dinâmica se esperava uma reprodução do que se vislumbrou durante o período de industrialização por substituição de importações, em que o câmbio era um grande facilitador da consolidação dessas indústrias, ou seja, baixo custo para importação de capital e insumos possibilitando que mesmo bens de capital relativamente obsoletos pudessem se valorizar baseado na redução de custos e proteção num mercado interno em expansão. Entretanto, esses capitais se mantiveram estagnados, muito pouco eficientes em comparação à produtividade global, valorizados pela transferência da renda petrolera remetem capital e sem condição de exportação dessa produção. Como sinaliza Baptista (2010), o processo de descolamento da estrutura econômica interna que produziria o colapso da economia rentista se



dá diversamente à crise, é quando o fluxo de renda aumenta significativamente que a base econômica se torna comprometida. Com isso o ciclo bolivariano apesar de alterar mecanismos e formas de apropriação ao se direcionar a base social excedente e historicamente crescente, favoreceu a manutenção de capitais de baixíssima produtividade e em grande parte externos pela facilidade de remeter lucros. Essa conformação depende, no mínimo, da estabilidade da renda, o que desde 2015 foi seriamente afetado.

A relação entre estrutura econômica interna e renda captada internacionalmente pela propriedade do petróleo vai conformar uma situação na qual as variáveis chave para o crescimento e acumulação econômicas sejam impactadas diretamente. Assim, diferente do processo habitual do funcionamento econômico capitalista, há uma incapacidade de que esses elementos sejam co-determinados mutuamente, de modo a estabelecer uma trajetória positiva relativamente estável no tempo. Baptista (2009) entende que a exogeneidade da renda deturpa a dinâmica da acumulação, a tal ponto que, a depender do montante dessa renda, chega a um descolamento de tal magnitude que mesmo as crises não sejam capazes de fazer com que as forças econômicas retornem ao relativo equilíbrio de funcionamento. Nesse sentido, a característica rentista de uma economia capitalista levaria inevitavelmente a um colapso, pois a estrutura econômica interna, afetada e reorganizada sob a égide de uma receita completamente alheia a seus determinantes, não possui capacidade de afetar essa renda, pois, por sua própria definição, é determinada de maneira alheia ao processo produtivo interno. (Baptista, 2010)

Para Baptista (2005; 2006; 2010), essa tendência ao colapso se distingue do que entendemos pelas crises conjunturais do processo de acumulação capitalista, a razão para isso está na falta de correspondência da estrutura interna com a captação externa da renda, mas há diferenças quanto a sua manifestação. O colapso da economia rentista é contraditoriamente gestado quando há um aumento expressivo da renda captada, nesse momento o que se percebe é a aprofundação dos desvios que a conformação rentista paulatinamente promove nessas estruturas econômicas. Compreender isso a partir de um processo histórico concreto, como o da economia venezuelana no século XX, significa entender o movimento de superação acelerada da condição de “atraso” econômico que vigorava nesse Estado até a exploração petrolífera. Isso elucida como as diferentes relações, no mercado de trabalho, da estrutura de importação, da política de câmbio, entre outras observadas por Baptista, não são lapsos, mas a tentativa de organização do desenvolvimento de estruturas plenamente capitalistas internamente e as necessidades energéticas para a produção industrial a nível global. Essa

interação não poderia deixar de ser mediada pelo Estado, seja através de opções de política econômica deliberadas visando o desenvolvimento capitalista nacional, maximização da rentabilidade rentista, ou pela inércia frente aos fluxos de renda que se dirigem ao país.

Antes de descrever o processo de colapso apresentamos algumas conformações geradas por processos desviantes da experiência dos países que se industrializaram anteriormente. Uma delas é a predominância das atividades relativas à circulação de mercadorias, o setor de serviços, em relação à produção material para um mesmo nível de PIB per capita. Apesar de verificada empiricamente esse predomínio, admiti-lo como manifestação de uma economia capitalista rentista seria precipitado. A inserção internacional dos Estados latinoamericanos como entes políticos independentes se deu sob a divisão internacional do trabalho em que esses eram importadores de bens produzidos nos países centrais, inclusive bens de consumo. De fato, como vimos no primeiro capítulo, parte da produção de bens de consumo básicos começou a se desenvolver de maneira incipiente nesses países, mesmo assim é plausível supor que o setor de serviços tenha uma maior participação relativa nesses países quando comparados aos demais em um mesmo grau de desenvolvimento, aproximado através do PIB per capita.

Entretanto, a evolução significativa do setor de serviços nessas economias no tempo traz mais elementos para compreender as repercussões da renda apropriada. Primeiro, porque demonstra o destino das importações, afinal ainda que a importação de bens de consumo ou de capital produzam uma repercussão positiva similar sobre as atividades de comércio e serviços, as consequências sobre a estrutura produtiva de uma economia deve se alterar em face ao distinto caráter das importações. Com isso quero dizer que, a importação de bens de consumo gera um aumento progressivo do setor de serviços sem demais repercussões, a importação de bens de capital deve promover uma diminuição relativa do setor de serviços pelo caráter de ampliação da capacidade produtiva material que esse proporciona a uma economia doméstica. Segundo, porque a utilização do PIB per capita como aproximação do grau de desenvolvimento para a comparação entre países é insuficiente pela pouca consideração ao desenvolvimento histórico tanto da tecnologia como da difusão do capitalismo. A título de ilustração, Baptista (2010) tem para um PIB per capita próximo entre Venezuela e a média dos países centrais 136 anos de distância.

De toda forma, como mencionado, a utilização da renda petroleira não se limita à promoção do consumo de maneira irrestrita. Pelo contrário, o caso emblemático venezuelano

mostra que a condução política prioriza a utilização da renda para investimento produtivo (Furtado, 2008b). O processo de importação de bens de capital, aliado à taxa de câmbio elevada, fôlego fiscal e proteção industrial configuram a distribuição da renda em uma transferência ao setor não petrolífero do sobrelucro de sua contraparte (Baptista, 2006). Entretanto, segundo Baptista (2010) a tentativa de promoção da acumulação de capital através da utilização da renda é insustentável no longo prazo, isso se daria porque ao contrário do funcionamento normal em que as receitas geradas internamente pela produção de bens exportados seria a contrapartida para que haja demanda pelos novos bens produzidos com maior capacidade produtiva. Ou seja, as importações de máquinas e equipamentos não se justificariam, pois a ampliação da capacidade produtiva não possui contrapartida por parte da demanda.

Um papel central para compreender essa dinâmica ainda será o câmbio, notadamente supervalorizado. A abundância de dólares maior que o crescimento da demanda interna se agrega à promoção da importação e tem como resultado, uma moeda supervalorizada permanentemente. Com isso há utilização da renda também para importação de alimentos, possibilitando que a parcela da população que se urbaniza no período o faça sem grandes estrangulamentos (Baptista, 2010). Antes de que haja qualquer possibilidade de transformação da produtividade no campo, é essa capacidade de importação que permite continuidade das taxas de urbanização observadas, uma questão importante frente ao desenvolvimento nos demais países da região observados no primeiro capítulo. Entretanto, o que seria uma solução temporária, desorganiza setores como o agropecuário tradicional sem que a agricultura capitalista, incorpore modernizações que aumentem a produtividade do trabalho e absorvam mão-de-obra (Furtado, 2008b).

Essa hipótese de Baptista sobre a impossibilidade da destinação da renda ao investimento se assemelha a algumas interpretações da teoria marxista da dependência. Notadamente, Marini (2017) argumenta que há uma impossibilidade de que o ciclo do capital se realize plenamente em uma economia periférica, pois essa desenvolveu suas relações de produção capitalista a partir da dinâmica gerada pelo mercado mundial sobre economia interna. O autor postula que a dinâmica de acumulação nessas economias se baseia na superexploração do trabalho, que comprime estruturalmente a capacidade de consumo das massas, reduzindo o valor da força de trabalho de maneira intensiva. Isso cria uma separação entre a esfera da produção e onde essa é realizada, no mercado mundial. A consequência é a insuficiência da demanda interna para engendrar dinamismo e continuidade a um

desenvolvimento endógeno, os capitalistas desses países teriam de se basear ainda na superexploração da força de trabalho.

O abismo existente entre o nível de vida dos trabalhadores e o dos setores que alimentam a esfera alta da circulação torna inevitável que produtos como automóveis, aparelhos eletrodomésticos etc. sejam destinados necessariamente para esta última. Nessa medida, e toda vez que não representam bens que intervenham no consumo dos trabalhadores, o aumento de produtividade induzido pela técnica nesses setores de produção não poderia se traduzir em maiores lucros por meio da elevação da taxa de mais-valia, mas apenas mediante o aumento da massa de valor realizado. (Marini, 2017: 344)

O caso venezuelano, portanto, não se diferenciaria dessa característica, mas pela renda internacional captada ser usada subsidiando o consumo da população que é capaz de importar.

Ainda assim, mesmo considerando que houve parciais subsídios ao consumo, não se trata plenamente uma questão da incapacidade do mercado consumidor em consumir e realizar o ciclo do capital. Furtado (2008b) aponta para uma incongruência a respeito do consumo reprodutivo na Venezuela do período, isso porque a integração das indústrias manufatureiras na maneira realizada não se poderia fazer plenamente. O esforço de utilização da renda ao investimento é evidente, mas não adequado, com isso quer dizer as manufaturas instaladas, as indústrias produtoras de bens de consumo final não foram instaladas a partir das atividades pré-capitalistas ali presentes, nem consideradas a partir das relações interdepartamentais. Nesse sentido, a falta da consolidação de indústrias de base como siderúrgica e petroquímica, favorece as manufaturas que se apoiem sobre a importação de insumos e capitalização por importação. Ademais, os bens de consumo final apresentam tanto mais características de consumo supérfluo vista a diversificação da demanda, entretanto isso se faz ancorado na grande facilidade de importação. Essas ainda deveriam ser aliadas à preconização do uso de insumos ali produzidos

Furtado e demais autores estruturalistas entendiam que para a continuidade do processo de industrialização nos moldes que se dava, por substituição de importações, a estrutura de oferta representava um grande estrangulamento. Usualmente gerava-se inflação, e essa tomava proporções que não permitiam a essas economias continuar integrando departamentos de produção que não dominavam, destacadamente aqueles do setor de bens de produção. Entretanto, na continuidade desse desenvolvimento o próprio Furtado e os demais perceberam uma incapacidade de realização da produção de setores de bens de produção pela relativa pequenez do mercado interno, que nunca chegou a se integrar plenamente. A

afluência de renda diferencial mediada pelo Estado apresenta possíveis superações aos entraves da oferta e a capacidade de continuar incorporando setores mais avançados, entretanto a lógica de funcionamento é mais complexa, pois a geração dessa e sua entrada na economia doméstica se dá sob uma lógica de acumulação global e que a expressão interna é a insolvência dos setores que não produzem mercadorias geradoras de renda, com repercussões sobre a relação política entre Estado e parcelas da sociedade civil.

Entretanto, ainda no que diz respeito à economia venezuelana, a experiência rentista manifesta essa insuficiência sobretudo através da relação capital-produto. A relação entre capital e produto é uma variável chave para entender a dinâmica de acumulação e funcionamento de uma economia capitalista. Essa relação se dá considerando a capacidade produtiva instalada (bens imóveis) e o produto obtido quando associado a um montante de trabalho. De tal modo haverá uma produção possível, que se mantém relativamente constante, entretanto por se tratar de ativos relativamente fixos e duráveis no tempo, as variações conjunturais vão se expressar de maneira mais latente, isso é, em situações de crise em que a atividade econômica se reduz o montante de capital se mantém, proporcionando uma elevação na relação entre capital e produto por uma diminuição do denominador. Se utilizando dessa variável para medir a profundidade de uma crise o caso americano na Grande Depressão de 29 apresentou a maior variação com crescimento de 45% entre 1928 e 1933 (Baptista, 2010)

Baptista compreende que a renda petroleira permitiu o desenvolvimento nacional, no entanto, essa ideia vêm junto do entendimento que as rendas petroleiras são finitas e que os países que dependeram continuamente delas para satisfazer as necessidades econômicas da sua sociedade não podem se escorar sobre essa estrutura econômica. Efetivamente há que haver uma transformação produtiva, sobretudo na atualidade em que a agenda pela transição energética face às mudanças climáticas traz novos agravantes à dependência rentista petrolífera. Apesar disso, o planejamento que nos parece mais adequado não é necessariamente a diminuição de importância relativa da renda.

Se fosse preciso escolher entre as possíveis crises que uma sociedade econômica tem forçosamente que experimentar, esta nossa crise deveria ser a primeira opção.[...] o problema, fundamentalmente, é, assim, a existência de uma vasta capacidade instalada que não teve nem tem uma resposta adequada por parte da demanda efetiva exercida. [...] Para romper o círculo vicioso da crise, é preciso afetar a demanda real de bens de consumo nacionais e pressionar inteligentemente por sua alta. Isso, segundo entendo, é uma medida inadiável se se quer deter a queda acelerada do ritmo econômico.

Essa pressão altista sobre o consumo nacional teria que ser alcançada mediante uma combinação precisa de aumentos na capacidade de compra, de um redirecionamento do consumo em favor da produção nacional e de estímulos de crédito ao gasto. Não nos escapa, nesta encruzilhada da exposição, que no clima atual de opinião e expectativas, qualquer estímulo interno pode desembocar não no setor real interno da economia nacional, mas sim no setor cambial externo. Este temor é perfeitamente fundado e seria uma insensatez negá-lo (Baptista, 2006: 62)

Além disso, já notado em 1957, mas outra vez sublinhado por Furtado em 1974, a estrutura econômica constituída como foco no investimento, mas sem considerações sobre o mercado de trabalho, favoreceu a concentração de renda. De fato, o resultado foi utilização sobremaneira de capital, substituindo mão-de-obra em uma situação em que é esse o fator mais abundante com consequências agravantes da heterogeneidade da produtividade. Ademais, com os salários monetários relativamente elevados as condições favorecem a instalação de indústrias densas em capital. Em contraste, o mercado interno estreito e o externo é pouco realista em função do câmbio.

É preciso considerar a possibilidade de equilíbrio da utilização da renda captada, direcionando parte ao investimento e outra parte ao consumo, ainda que esse estado de coisas só possa se sustentar temporariamente, segundo Baptista, (2010). Essa complexa moderação será realizada efetivamente durante o primeiro ímpeto de desenvolvimento que compreendeu o processo de urbanização. Sobretudo se utilizando do mecanismo fiscal para estabelecer a tradução do dinamismo do setor petrolífero ao conjunto da economia interna. Para além da absorção direta da grande parcela da sociedade que estava vinculada aos setores de subsistência, a orientação por utilizar a renda em investimentos públicos mirou a indústria incipiente que existia de materiais de construção. Em conjunto, a utilização da renda sob esse prisma permitiu transmitir aos demais setores ligados ao mercado interno os impulsos, originados no setor petrolífero, mas mobilizados através do investimento público, destacadamente, na construção de obras públicas (Furtado, 2008b). Entretanto, a absorção de mão de obra pelo Estado, ainda no sentido de absorver aquele setor atrasado, vai se espalhar mesmo após esse período inicial, se tornando um dos elementos característicos da conformação rentista (Baptista, 2005; 2010)

Entretanto, apesar de considerarem a experiência venezuelana fracassada em possibilitar um desenvolvimento interno, Dachevsky e Kornblihtt (2016) elaboram que “A transferência da renda da terra para o capital estrangeiro poderia ser interpretada como uma

política desenvolvimentista pragmática, visando superar as limitações do capital local, mas a produtividade industrial venezuelana não permite tal conclusão<sup>12</sup>”(tradução nossa, p. 89). O que nos remete outra vez a questionar a incapacidade de promover acumulação de capital em uma economia nacional como advogado por Baptista em sua hipótese sub-consumista. Anteriormente identificamos traços semelhantes com a teoria marxista da dependência, mas não apenas, quando Furtado analisa a crise brasileira nos anos 60 e produz *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina* sua desilusão com o processo de industrialização latinoamericano se dá, de maneira simplificada, pela incapacidade de gerar um mercado interno amplo o suficiente, assim, a produção de bens de capital ao não incorporar tanta mão de obra e necessitar mais capital por unidade de produto levaria a redução do crescimento (Tavares e Serra, 1977).

A partir de então vamos nos utilizar da crítica de Tavares e Serra (1977) a explicação que Furtado havia proposto, extrapolando aos demais supracitados, compreendendo que, no limite, esses autores se baseiam na insuficiência do consumo para o processo de industrialização latinoamericano, e que isso é fruto da formação econômica primário-exportadora. A crítica parte do entendimento de que as tendências de estagnação ou incompletude no circuito do capital é pouco atenta à dinâmica inter industrial, mais precisamente o conceito de expansão usado pelos autores para explicar o surgimento e transformação de atividades dinâmicas na acumulação de economias tão heterogêneas. Ou seja, desconsideram que estímulos oriundos do próprio sistema, isto é, o consumo produtivo dos capitalistas, pudessem gerar expansão. Claro, reconhecendo o nível material alcançado pelo processo substitutivo, a necessidade de complementaridade com o investimento e alocação do Estado.

Ou seja, tudo pareceria se dar como se a dimensão do mercado dependesse mais do número de pessoas que o integram que da magnitude do excedente econômico intercambiável. (...) Embora a contradição entre a produção e a realização da mais-valia se encontre na própria raiz das crises mais importantes do capitalismo, torna-se difícil sustentar que tal contradição seja também responsável por algum tipo de estagnação secular em economias que possuem um significativo setor de bens de produção. (Tavares e Serra, 1977: 158-9)

A compreensão da relevância do consumo dos capitalistas para a continuidade do processo de acumulação na análise de Tavares é muito devedor ao esquema elaborado por

---

<sup>12</sup> *The transfer of ground rent to foreign capital could be interpreted as a pragmatic developmentalist policy aimed at overcoming the limitations of local capital, but Venezuelan industrial productivity does not allow for any such conclusion.*



Kalecki de subdividir o setor de bens de consumo em dois: um para o consumo dos capitalistas e outro dos trabalhadores. Pelo qual demonstra que os salários não podem se constituir como freio ao processo acumulativo, pois sua determinação não possui condicionante objetiva sobre a dinâmica de investimentos e lucros, na verdade o sentido de determinação é oposto. Essa capacidade não significa a superação da estrutura dual dessas economias, pelo contrário, pode agravar pela forma desigual como se difunde o progresso técnico e aumentam as brechas de produtividade. As condições para possuir suficiente rentabilidade nos setores mais modernos é justamente sustentar a concentração do excedente de maneira a manter o alto grau de eficiência técnica, o que significa também a concentração do Estado em reforçar essas atividades, criando economias de escala e beneficiando desde a produção ao consumo. Como é também um modelo concentrador contraditório, em ciclos os excedentes desse polo moderno alcançam atividades de menor produtividade levando gradualmente a modernização também desses setores. Tudo de maneira muito gradual, cíclica, sem que se destruía efetivamente o setor tradicional, nem a taxa de lucro do setor de ponta, que levariam a homogeneização da estrutura (Tavares e Serra, 1977).

A crise de realização é uma possibilidade para qualquer economia capitalista, mas em economias subdesenvolvidas por haver “queimado etapas do processo de expansão” (Tavares e Serra, 1977: 205) tem de gerir de maneira muito rígida o excedente disponível. Contraditoriamente necessita ser flexível o suficiente para reorientar-se em relação às novas etapas do capitalismo internacional, toda essa dinâmica em tempos cada vez mais curtos. Pois bem, diferente de Brasil e México em que o fez extraíndo-o da população, ou através do endividamento externo, a captação da renda proveniente do mercado internacional permite a transferência de um excedente gerado fora daquela economia nacional. À luz da demonstração de Tavares e Serra da possível consolidação do setor moderno industrial em garantir rentabilidade baseada na dinâmica inter industrial, isto é, consumo produtivo, considerando ainda que o papel do Estado pode amplificar esse processo via investimento específico, mas também e sobretudo, permitindo a concentração do excedente. Poderia se assim dizer que, a internalização de uma renda, como é a petroleira, através de investimento não leva a crises de realização por estreiteza do mercado ou falta do consumo. Pode-se imaginar que a alta eficiência técnica exigida dependente de concentrar o excedente se verificaria com menores estrangulamentos, afinal, mesmo admitindo que a concentração não é necessariamente empecilho ao desenvolvimento industrial, os momentos espasmódicos de incorporação de novos estratos ao consumo moderno são necessários. Para além resta dizer das possibilidades



que apresenta ao Estado em incentivar e impulsionar a dinâmica expansiva, orientando o excedente, além da margem de ação fiscal que lhe cabe a partir da captação

### **Conclusão**

O presente trabalho se insere no debate em torno da formação e dos usos da renda petroleira, sem se pretender oferecer respostas acabadas, mas antes problematizar um campo cuja complexidade e riqueza de possibilidades exige maior esforço empírico e teórico do que possui. Ao longo do trabalho, ficou evidente que as estruturas econômicas dos países da América Latina são conformadas a partir de uma apropriação de renda fundiária pelos diferentes agentes, sendo a renda petroleira, enquanto forma particular, aquela que se destaca em razão da importância tomada pelo petróleo na produção mundial. Desse modo, as conformações estruturais do subdesenvolvimento e os projetos políticos e econômicos de superação deste revisados no decorrer, devem também ser entendidos através desse ingresso nas economias nacionais.

Sem revisitar o conceito tão caro à economia política clássica - e à crítica - e pouco destacado posteriormente, da renda da terra, não seria possível situar e dimensionar o problema. Como se buscou demonstrar, a renda diferencial não decorre da inovação produtiva ou da intensificação do trabalho, isto é, não possuem contrapartida da produção interna. No setor petroleiro, a especificidade dessa renda se acentua pelo fato de que, o volume de ingressos é tamanho que o Estado usualmente se torna o agente direto de sua apropriação, assumindo simultaneamente o papel de proprietário fundiário e capitalista. Essa peculiaridade deixa o leque de oportunidades amplo para o uso da renda seja aquele desejado pelo projeto nacional incumbido, sendo capaz de financiar políticas de investimento industrial como de política social, mas também submete a trajetória de desenvolvimento a novas contradições.

A análise dos casos nacionais reforçou esse quadro ambivalente. No Brasil e na Argentina, a internalização parcial da renda ocorreu por meio de mecanismos cambiais e tributários que oscilaram em função de conjunturas políticas, revelando a dificuldade de estabilizar um regime duradouro de apropriação. Em razão da maior diversificação produtiva desses países, a renda petroleira não parece produzir grandes efeitos sobre suas estruturas, entretanto, não passam despercebidas, como no Brasil a crescente ofensiva para a apropriação petroleira por demais setores demonstra. O caso brasileiro com a Petrobrás ilustra que mesmo sem uma renda tão volumosa, a concentração desse excedente sob um projeto de

desenvolvimento industrial nacional é possível promover uma dinamização econômica formidável.

Na Bolívia, a reestatização dos hidrocarbonetos ampliou a capacidade estatal de captura, mas sem gerar, até o momento, uma ruptura significativa na estrutura produtiva. Por se tratar também do país com menor nível de desenvolvimento e industrialização, a ampliação do consumo social era tanto necessidade manifestada pelas lutas sociais que possibilitaram o governo do MAS, como a alternativa que menos requeria transformações profundas. Na Venezuela, o processo de apropriação petroleira foi o cerne da acumulação interna, entretanto, isso se deu em uma longa duração, conformando a organização econômica e social daquele país de uma maneira *sui generis*. Desse modo, o petróleo se afirmou tanto como fonte de dinamismo quanto como limite da diversificação produtiva. No período analisado, o que se visualizou foi justamente uma tentativa de apropriação voltada à ampliação ao consumo dos trabalhadores, demonstrando a impossibilidade de aprofundamento da acumulação nos termos que vigoravam até 1998, mas sem uma alternativa clara e de longo prazo para substituí-la plenamente.

O petróleo, ao mesmo tempo em que fornece uma base material privilegiada para acumulação, também cristaliza as contradições de um padrão de desenvolvimento que permanece subordinado às flutuações do mercado mundial e às disputas internas pela apropriação do excedente. É nesse sentido que se torna possível falar da renda diferencial como uma categoria essencial para a análise do desenvolvimento latino-americano. Pois como conformadora de estruturas no longo prazo ela expressa, de maneira clara os dilemas centrais da região: a abundância de recursos naturais e escassez de processos endógenos de acumulação, e a coexistência entre setores modernos, intensivos em capital, e amplos segmentos de baixa produtividade, ou mesmo sobrantes ao capital. Essas contradições não encontram solução técnica, pois a mediação do Estado para apropriação, alocação e utilização do excedente captado é fruto das disputas internas em seu seio.

Ao final, este trabalho argumenta que a renda petroleira como mecanismo de acumulação não parece apresentar limitações teóricas robustas suficientes para descartar a hipótese, entretanto, sua efetivação no período analisado carece de concretude. Assim, entende-se que existem outros caminhos pelos quais é preciso aprofundar a análise: em torno dos projetos de Estado em disputa e compreender com maior detalhe os impactos sociais da

utilização como ferramenta distributiva da renda, ou seja, em que medida sua utilização pode transformar as condições de vida da população sobrando ao capital.

Portanto, a principal contribuição deste trabalho está menos em oferecer respostas assertivas do que em indicar caminhos de reflexão. A renda petroleira não deve ser entendida como maldição dos recursos naturais que será um obstáculo ao desenvolvimento das forças produtivas e conformação rentista. Ela constitui um espaço contraditório, um espaço de disputa que varia em razão da correlação de forças internas e externas, assim como das estratégias adotadas. O que se buscou aqui foi explicitar tais tensões, de modo a reconhecer que qualquer projeto de desenvolvimento latino-americano que pretenda utilizar a renda petroleira como instrumento de acumulação precisará necessariamente enfrentar as condições históricas do subdesenvolvimento. Sequer foi trabalhada com a profundidade necessária a discussão recorrente sobre a descarbonização da economia mundial e o que essa significa para países e empresas produtoras de petróleo. Nesse sentido, esta pesquisa se coloca como um exercício de aproximação, consciente de seus limites, mas orientada no sentido de que a formulação de ferramentas úteis para transformação da sociedade passam pela compreensão crítica desse fenômeno.

## Referências Bibliográficas

ANP, Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. *Anuário estatístico brasileiro*, 2008.

ANP, Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. *Anuário estatístico brasileiro*, 2016.

ANP, Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. *Anuário estatístico brasileiro*, 2019.

ANP, Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. *Royalties*. Brasília, DF: ANP, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/anp/pt-br/assuntos/royalties-e-outras-participacoes/royalties>. Acesso em: 17 ago. 2025.

Azevedo, Raquel de; Moraes, Leonardo Segura. Formação e a apropriação de renda da terra na economia brasileira entre 2010 e 2023: uma proposta de cálculo marxista. XXX Encontro Nacional de Economia Política, Campina Grande, 2025

Bambirra, Vânia. *O capitalismo dependente latino-americano*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013

Baptista, A. *Bases cuantitativas de la economía venezolana: 1830-1995*. Caracas: Fundación Polar, 1997.

Baptista, A. *El capitalismo rentístico: Elementos cuantitativos de la economía venezolana. Cuadernos del CENDES*, vol. 22, núm. 60, septiembre-diciembre, 2005, pp. 95-111.

Baptista, A. *El relevo del capitalismo rentístico: Hacia un nuevo balance de poder*. Caracas: Fundación Empresas Polar, 2006.

Baptista, A. *Teoría económica del capitalismo rentístico*. Caracas: Banco Central de Venezuela (BCV), 2010.

Baptista, Asdrúbal. *Teoría económica del capitalismo rentístico*. Caracas: Banco Central de Venezuela, 2010. (Colección de Estudios Económicos, n. 14).

Barneix, P. *Las retenciones como herramienta de política sectorial en el sector de hidrocarburos en el período 2002-2012*. *Revista Electrónica del Instituto de Investigaciones Ambrosio L. Gioja*, Buenos Aires, n. 18, p. 145-168, 2017.

Bilmes, J. *Renacionalización híbrida de YPF (2012-2015): tensiones y disputas por el desarrollo y la autonomía nacional*. *Cuadernos de Economía Crítica*, v. 9, n. 18, p. 133-155, jul. 2023.

Bolt, K. et al. *Manual for calculating adjusted net savings*. Environment Department, Banco Mundial, 2002.

Brasil. *Lei nº 13.365, de 29 de novembro de 2016*. Brasília.

Buxton, Julia. Continuity and change in Venezuela's Bolivarian Revolution. *Third World Quarterly*. 41. 1-17. 10.1080/01436597.2019.1653179. 2019

Campodónico, Humberto. *La renta petrolera y minera en los países andinos*. Santiago de Chile: CEPAL, 2008. (Serie Recursos naturales e infraestructura, n. 136).

Cardoso, C. F.; Brignoli, H. P. *História econômica da América Latina*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

Carrera, J. I. *La renta de la tierra: Formas, fuentes y apropiación*. 1ª ed. Buenos Aires, 2017.

Dachevsky, F.; Kornblihtt, J. *The reproduction and crisis of capitalism in Venezuela under Chavismo*. *Latin American Perspectives*. 44. 2016.

Dachevsky, Fernando. *La industria argentina en la etapa pos-neoliberal: acumulación, clases sociales y nuevas fases en el desarrollo capitalista dependiente*. Buenos Aires: Imago Mundi, 2022.

Foster, J. B. *A ecología de Marx: materialismo e natureza*. Trad. Maria Teresa Machado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

Furtado, C. *A economia latino-americana*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

Furtado, C. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008a.

Furtado, C. *Ensaio sobre a Venezuela: Subdesenvolvimento com abundância de divisas*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008b.

Grinberg, Nicolás. *Renta de la tierra hidrocarburífera en Brasil (1999-2015): metodología y estimación*. Buenos Aires, 2021. Informe técnico do Projeto de Investigação Orientada (PIO) CONICET-YPF 13320140100023CO.

Kornblihtt, J.; Casique Herrera, M. *La crisis venezolana como expresión de la sobreproducción mundial de petróleo pesado*. *Cuadernos de Economía Crítica*, 7(14), 129-153, 2021.

Kornblihtt, J.; Suster, M.; Casique Herrera, M. *El cálculo de la renta de la tierra petrolera y gasífera y sus cursos de apropiación en Argentina y Venezuela (1960 a la actualidad)*. In Rojas Cifuentes, J. et al. (org.). *La cuantificación del desarrollo histórico del capital en América del Sur: Estudios de largo plazo sobre la tasa de ganancia y la renta de la tierra: metodología y resultados*. Santiago: Ariadna Ediciones, 2023.

Kornblihtt, Juan et al. *Base de datos: "Cálculo de la renta de la tierra petrolera y sus cursos de apropiación en Venezuela (1960-2017)"*. 2021. Informe técnico do Projeto de Investigação Orientada (PIO) CONICET-YPF 13320140100023CO.

Kornblihtt, Juan et al. *Cálculo de la renta de la tierra petrolera y gasífera y sus cursos de apropiación en la Argentina (1997-2018)*. 2021. Informe técnico do Projeto de Investigação Orientada (PIO) CONICET-YPF 13320140100023CO.

Kornblihtt, Juan; Suster, Mateo; Rivas, Gabriel; Grinberg, Nicolas; Dachevsky, Fernando; Casique, Manuel; Mussi, Emiliano. Base de datos de comparacion de los calculos de renta de la tierra petrolera y gasifera en Argentina, Brasil, Bolivia y Venezuela.; PIO YPF Conicet; Proyecto de Investigación Orientada (PIO) Conicet-FYPF 13320140100023CO: La apropiación de la renta petrolera diferencial por distintos sujetos sociales en Argentina comparado con Venezuela y Brasil (2002 a la actualidad): Harvard Dataverse, 2021. DOI doi:10.7910/DVN/H8YYKF. Disponível em: <https://dataverse.harvard.edu/citation?persistentId=doi:10.7910/DVN/H8YYKF>.

Kornblihtt, Juan; Suster, Mateo; Rivas, Gabriel; Grinberg, Nicolás; Dachevsky, Fernando; Casique, Manuel; Mussi, Emiliano. *Base de datos de comparación de los cálculos de renta de la tierra petrolera y gasífera en Argentina, Brasil, Bolivia y Venezuela*. PIO YPF Conicet, 2021. Harvard Dataverse.

Kornblihtt, Juan; Dachevsky, Fernando. *Notas para el cálculo de la renta de la tierra: Un análisis de la Argentina reciente*. *Realidad Económica*, Buenos Aires, n. 256, p. 110-137, jul./ago. 2010.

Loural, Marcelo Sartorio. Investimentos industriais no Brasil: uma análise do período 1999-2013. 2016. 1 recurso online ( 173 p.) Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP.

Marini, R. *Dialética da dependência*. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*. 9. 2017.

Marx, K. *O capital: Crítica da economia política. Livro III: o processo global da produção capitalista*. Ed. Friedrich Engels; Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017.

Mussi, Emiliano. *Renta de la tierra gasífera apropiada por Bolivia mediante la exportación a Brasil y Argentina (2007-2014)*. 2021. Informe técnico do Projeto de Investigación Orientada (PIO) CONICET-YPF 13320140100023CO.

Mussi, Emiliano. Renta de la tierra hidrocarburífera en Bolivia y sus mecanismos de apropiación (2007-2017). *Theomai*, núm 39, pp. 186-208. 2019

Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opec). *Annual Statistical Bulletin*. Viena: Opec, 2025. Disponível em: <https://publications.opec.org/asb>. Acesso em: 17 ago. 2025.

Ribeiro, Cássio Garcia; Novaes, H. T. . 'Da 'Lei do Petróleo' ao Leilão de Libra: Petrobras de FHC a Dilma'. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, v. 39, p. 34-58, 2014.

Ricardo, D. *Princípios de economia política e tributação*. São Paulo: Nova Cultural, 1982.

Sandrea, R.; Goddard, D. *New reservoir-quality index forecasts field well-productivity worldwide*. *Oil & Gas Journal*, v. 114.12, 5 dez. 2016.

Smith, A. *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

Suarez, Lizett Paola López. *Renda petrolífera: Geração e apropriação nos modelos de*

*organização da indústria brasileira*. 2012. 193 f. Tese (Doutorado em Ciências) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

Tavares, Maria da Conceição; Serra, José. *Além da estagnação: uma discussão sobre o estilo de desenvolvimento recente*. In: Tavares, Maria da Conceição. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. 6. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977. p. 139-175.

UNCTAD. *Trade and development report*. Nova York e Genebra: ONU, 2005.

U.S. Energy Information Administration. *Argentina's crude oil and natural gas production near record highs*. Today in Energy, Washington, D.C., 5 dez. 2024. Disponível em: <https://www.eia.gov/todayinenergy/detail.php?id=63924>

U.S. Energy Information Administration. *The distribution of U.S. oil and natural gas wells by production rate with data through 2023*. Washington, DC: U.S. Department of Energy, dez. 2024.

Venezuela. Ministerio del Poder Popular para la Energía y Petróleo. *Petróleo y otros datos estadísticos: PODE 2008*. Caracas, 2009

Venezuela. Ministerio del Poder Popular para la Energía y Petróleo. *Petróleo y otros datos estadísticos: PODE 2010*. Caracas, 2011

Venezuela. Ministerio del Poder Popular para la Energía y Petróleo. *Petróleo y otros datos estadísticos: PODE 2014*. Caracas, 2015

**Anexo A -**

Tabela 3 - Câmbio de Paridade TCP (moeda local/US\$)

Ano	Brasil	Argentina	Venezuela	Bolívia
2000	1,99	1,76	1405,32	
2001	2,1	1,79	1544,07	
2002	2,39	2,34	2343,26	
2003	2,83	2,48	2370,09	
2004	2,95	2,57	3975,48	
2005	3,13	2,90	4470,55	
2006	3,18	3,09	4603,21	
2007	3,34	3,43	4767,17	13,97
2008	3,58	3,88	6201,12	14,84
2009	3,67	4,24	7423,21	14,74
2010	4,03	5,12	11731,51	15,86
2011	4,47	5,63	14351,87	16,77
2012	4,80	6,85	15454,26	16,99
2013	4,98	8,25	21501,43	17,53
2014	5,08	11,53	32298,08	18,54
2015	5,78	15,59	61328,01	18,67
2016		22,21	263865,4	19,27



2017		24,49	1942691	20
2018		35,13		

Fonte: Kornblihtt et al, 2021

Tabela 4 - Valores apropriados por tipo de mecanismo no Brasil (em milhões de dólares a câmbio de paridade TCP)

Ano	Renda Mecanism os	Renda Direta	Câmbio	Diferencia l de preços	Impostos	Empresas
2000		4063,9052 52	1032,2057 93		870,91134 84	
2001		1045,5784 25	-1344,884 438		1143,7082 75	
2002	-681,6713 2	1494,6109 92	-2849,068 848	-746,2977 923	1421,7062 33	1491,9890 87
2003	1948,0183 76	4226,5196 22	-1359,758 5	-1892,096 749	1979,1265 33	3220,7470 92
2004	7493,7543 25	7592,9702 11	224,24881 72	1011,7512 63	2080,3091 91	4177,4450 54
2005	15549,065 67	17404,554 52	6546,9008 17	1149,0774 33	2511,9550 02	5341,1324 21
2006	19322,625 87	16884,705 87	9466,1895 81	400,86686 84	3099,0099 99	6356,5594 21
2007	28479,427 99	30854,458 56	18527,810 48	-131,9653 658	2617,1622 26	7466,4206 46
2008	50307,558 35	50983,297 53	32227,721 24	3152,9752 39	3771,4075 47	11155,454 32

2009	18635,462 87	25793,539 35	19231,662 25	-4576,244 761	2667,8986 29	1312,1467 57
2010	41567,688 23	46998,236 17	35490,998 65	-2136,987 13	3196,0464 43	5017,6302 64
2011	69969,324 62	71675,496 79	55273,767 31	3370,3019 17	3419,2228 74	7906,0325 19
2012	75438,742 32	74091,299 42	55314,761 81	8036,4673 24	3909,2943 89	8178,2187 97
2013	68707,081 8	69429,946 09	51533,365 29	7936,8386 93	3809,4389 96	5427,4388 27
2014	62744,807 2	68745,518 18	50079,924	6578,2939 03	4152,7151 59	1933,8741 42
2015	16457,576 82	32218,574 07	31456,692 94	-5638,350 836	2606,1775 54	-11966,94 284

Fonte: Kornblihtt et al, 2021

Tabela 5 - Valores apropriados por tipo de mecanismo na Argentina (em milhões de dólares a câmbio de paridade TCP)

Ano	Renda Mecanism os	Renda Direta	Câmbio	Diferencia l de preços	Impostos	Empresas
2000	3821,0397 75	3444,708	135,4406	3756,7427 29	608,7087	-612,132
2001	2603,3534 74	2405,133	2173,369	1648,3542 37	525,0079	-713,395
2002	1842,7185 55	1226,195	-1634,04	-462,4130 81	1479,306	1678,631

2003	3156,6509 42	2131,284	-903,942	118,78577 77	1594,547	1916,817
2004	5628,6831 86	4067,227	-641,497	881,07676 53	1940,509	3162,381
2005	8629,4725 86	7346,634	-36,2599	3141,6313 74	2295,983	3212,333
2006	13445,952 21	9823,818	18,64197	5888,7559 83	2615,352	4931,229
2007	14652,008	11143,11	237,3247	8549,2328 94	2294,108	3677,888
2008	31469,340 71	25773,5	638,6781	23848,259 05	4035,447	3392,411
2009	18235,430 65	13384,84	502,2986	11024,890 69	3551,936	3985,272
2010	23451,882 15	19316,72	1211,552	17196,908 98	2784,01	3613,357
2011	29955,021 58	24948,02	1205,676	24367,328 7	3062,731	2880,945
2012	31861,428 06	27043,93	1709,024	26637,960 23	3048,806	1944,036
2013	24550,793 2	20281,08	1015,016	23122,105 08	2301,69	32,15491
2014	24102,444 14	19553,77	926,7424	20738,206 35	2190,348	2280,067
2015	8054,1128 09	4276,837	518,213	8473,7123 46	1272,379	-162,219
2016	1788,8743 75	-2028,61	481,3996	2254,7984 64	1266,399	-1442,09

2017	10396,0259	4520,718	276,252	4333,686365	1279,205	4641,035
2018	11458,1793	8041,118	-327,932	3970,308888	1690,619	5969,119

Fonte: Kornblihtt et al, 2021

Tabela 6 - Valores apropriados por tipo de mecanismo na Venezuela (em milhões de dólares a câmbio de paridade TCP)

Ano	Renda Mecanismos	Renda Direta	Câmbio	Diferencial de preços	Impostos	Empresas
2000	15090,23	21257,48	9379,65	1299,284	16,30661	4394,991
2001	10268,55	13036,11	7242,798	944,9362	7,003548	2073,811
2002	12206,45	14243,33	6074,24	1528,682	53,26847	4550,258
2003	15522,84	13309,47	4331,646	2238,065	68,92933	8884,203
2004	21574,95	22811,81	9646,221	2212,09	46,05728	9670,578
2005	34815,56	28011,37	17141,65	3018,222	65,50019	14590,19
2006	38751,56	35166,4	17602,7	4286,82	8,047202	16853,99
2007	46269,47	40981,16	26332,94	5150,055	7,023865	14779,45
2008	59833	61526,81	36713,79	5933,132	14,38821	17171,69
2009	27762,89	34838,9	23500,97	3178,651		1083,267
2010	42229,97	43693,73	25441,21	5474,596		11314,17
2011	56627,23	68226,55	39088,72	6542,228		10996,28

2012	56141,64	64592,3	45551,95	6719,123		3870,567
2013	41250,47	60555,06	38579,83	7105,882		2670,64
2014	52213,3	61288,54	49597,34	3421,647		2615,965

Fonte: Kornblihtt et al, 2021

Tabela 7 - Valores apropriados por tipo de mecanismo na Bolívia (em milhões de dólares a câmbio de paridade TCP)

Ano	Renda Mecanismos	Renda Direta	Câmbio	Diferencia l de preços	Impostos	Empresas
2007	1653,473	897	982,7332		537,9192	132,8206
2008	3062,629	1349	1786,223		1023,651	252,7552
2009	1870,492	751	1105,331		691,5271	73,63335
2010	2666,758	1049	1665,919		814,2466	186,5919
2011	3503,9	1393	2412,619		888,981	202,2999
2012	4105,337	1989	3483,799		381,0668	240,4702
2013	4711,939	2193	4017,843		393,2479	300,8484
2014	4847,827	1989	4155,971		389,9412	301,9141
2015			2510,847		92,31719	-17,4218
2016			1381,083		35,26109	-95,3131